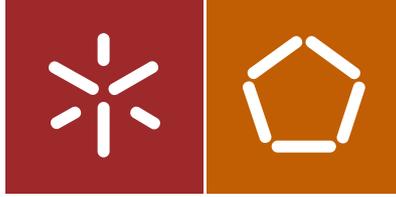




Universidade do Minho
Escola de Engenharia

Sara Raquel de Faria Gomes

Análise de ciclos de vida:
o caso da 2ª habitação no PNPG



Universidade do Minho
Escola de Engenharia

Sara Raquel de Faria Gomes

Análise de ciclos de vida:
o caso da 2^a habitação no PNPG

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Engenharia Civil

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Júlia M. B. B. Lourenço

*"Há sitios no mundo que são como certas existências humanas:
tudo se conjuga para que nada falte à sua grandeza e perfeição.
Este Gerês é um deles."*

Miguel Torga, Diário VII

AGRADECIMENTOS

Desejo aqui registrar os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que me ajudaram na realização desta tese de dissertação para conclusão do curso.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Júlia Maria Brandão Barbosa Lourenço, pelo apoio, orientação, sugestões, disponibilidade para a realização deste trabalho e também pela sua boa disposição.

Uma palavra de agradecimento à Câmara Municipal de Terras de Bouro, à ADERE Peneda Gerês e ao INE (Instituto Nacional de Estatística), por responderem a todos os meus questionários, pelo tempo e paciência para me disponibilizarem toda a informação fundamental para a realização deste trabalho de investigação. Acima de tudo agradeço a simpatia demonstrada.

Finalmente agradeço a todos os meus colegas e amigos pelas sugestões e pelo apoio que me deram.

RESUMO

A progressiva concentração da sociedade nos centros urbanos e a diminuição da qualidade de vida faz com que um número cada vez maior de pessoas procure, nas férias e fins-de-semana, as regiões com belezas naturais e ambientes rurais até há algum tempo atrás pouco valorizados, levando a um conseqüente aumento da procura no mercado de segunda habitação.

Esta dissertação visa o estudo da evolução do mercado da 2ª habitação no Parque Nacional da Peneda Gerês. Numa primeira parte do trabalho, é feito um estudo de modelação de ciclos de vida a partir de uma revisão de literatura, com objetivo de utilizar um modelo idealizado e estabelecer parâmetros de comparação com a modelação no Parque Nacional da Peneda Gerês.

Recorreu-se ao Modelo da Análise do Processo Turístico - MAPT, para o estudo do ciclo de vida no Parque Nacional da Peneda Gerês, utilizando dois fatores: crescimento do número da 2ª habitação no Parque Nacional da Peneda Gerês e planeamento turístico realizado nesta região.

Verificou-se que o crescimento do número de unidades de 2ª habitação atingiu a sua intensidade máxima nos anos 80, retraindo-se nos últimos anos. Relativamente ao planeamento turístico no Parque Nacional da Peneda Gerês, verifica-se que este tem sido valorizado ao longo dos últimos anos com maior intensidade. De uma forma geral, concluiu-se que estes elementos em análise não observaram o comportamento idealizado, devendo o planeamento turístico ter estado presente em máxima intensidade durante os primeiros anos do início do ciclo de vida.

Palavras – Chave: Ciclos de vida, Parque Nacional Peneda Gerês, Planeamento turístico, 2ª habitação.

ABSTRACT

The progressive society concentration in urban centers and the decreasing life quality causes an increasing number of people seeking in the holidays and week-ends, areas with natural beauty and rural environments until some time ago undervalued, leading to a consequent increase in demand for the second home.

This work aims the study of the 2nd home market evolution the Peneda Gerês National Park. In the first part of the work, a study is made of modeling life cycles from a literature review, in order to use an idealized model and establish parameters for comparison with modeling in the Peneda Geres National Park.

The model adopted for the study of the life cycle in the Peneda Gerês National Park was the Model Analysis of Touristic Process - MAPT, using two factors: the increase number of the 2nd home in the Peneda Gerês National Park and tourism planning undertaken in this region.

It was observed that the increase in the number of 2nd home units reached its maximum intensity in the '80s, decreasing in recent years. Regarding the tourism planning in the Peneda Gerês National Park, it appears that this has been valued only in the last few years with more intensity. In general, it is concluded that these elements under analyses did not observed the idealized model, tourism planning should have been present with more intensity during the early years of the beginning of the life cycle.

Key-words: Life Cycles, Peneda Gerês National Park, Tourism Planning, 2nd Home.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	v
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE GRÁFICOS.....	x
ABREVIATURAS	xi
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos.....	3
1.2 Metodologia	3
1.3 Estrutura da tese.....	4
CAPÍTULO 2. ESTADO DA ARTE	5
2.1 Introdução	5
2.2 Naturbanização e o mercado de habitação.....	6
2.3 Modelação do ciclo de vida	7
2.3.1 O modelo de Butler	8
2.3.2 Modelos pós-Butler	10
2.3.3 Avaliação crítica do modelo de Butler.....	11
2.3.4 Modelo de Lourenço	12
2.3.5 Modelo de Análise do Processo Turístico- MAPT	15
2.3.6 O modelo de Hernández e León.....	18
2.4 Síntese.....	21
CAPÍTULO 3. PLANEAMENTO E TURISMO NO PNPG.....	23
3.1 Introdução	23

3.2	Caraterização do PNPG	23
3.3	Caraterização da população e evolução demográfica	26
3.4	Turismo no PNPG.....	29
3.4.1	Caracterização da procura turística	30
3.4.2	Caracterização da oferta turística	32
3.4.3	Impactos da pressão turística no PNPG	36
3.5	Zonas de proteção	38
3.6	Edificabilidade e condicionantes no PNPG	41
3.7	Caraterização sócio – económica.....	44
3.8	Síntese	45
CAPÍTULO 4. APLICAÇÃO DO MODELO DE CICLO DE VIDA		47
4.1	Introdução	47
4.2	Turismo em Portugal	47
4.3	Turismo no norte de Portugal	50
4.4	Planeamento turístico em Portugal	51
4.5	Planeamento turístico no norte de Portugal	53
4.6	Planeamento turístico no PNPG	55
4.7	Evolução da segunda habitação no PNPG	61
4.8	Investimentos no PNPG.....	64
4.9	Comparação da modelação no PNPG e o MAPT	65
4.10	Síntese	69
CAPÍTULO 5. CONCLUSÃO		71
5.1	Conclusões	71
5.2	Sugestões para trabalhos futuros.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		75
LEGISLAÇÃO		77
ANEXOS		79

A – Hotéis, Alojamentos, Empreendimentos de Turismo em Espaço Rural, Casas da Natureza e Parques de Campismo.	79
B – Residência habitual e residência secundária no PNPG.....	82
C – Plano, projetos e estratégias implementadas no PNPG	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Densidade populacional em Portugal (2011).....	1
Figura 2: Localização Parque Nacional da Peneda Gerês.	2
Figura 3: Curva teórica assintótica.	8
Figura 4: Modelo de Butler (1980) para a evolução hipotética da área turística.	9
Figura 5: “Quase modelo” de Holton.	13
Figura 6: Modelo idealizado de Lourenço (2003) para áreas de expansão urbana.	14
Figura 7: Modelo de Análise do Processo Turístico – MAPT.	17
Figura 8: Trajetória ótima de Hernández e León para o controle das variáveis $C(t)$ e $A(t)$	19
Figura 9: Curva logística do ciclo de vida do produto turístico.	19
Figura 10: Curva logística do ciclo de vida.	20
Figura 13: Área de ambiente natural e área de ambiente rural.	39
Figura 14: Mapa de Zonamentos do PNPG.....	41
Figura 15: Distribuição espacial das dormidas na Região Norte, por sub-áreas	51
Figura 16: Carta de desporto da natureza do PNPG.....	58
Figura 17: Porta Lamas de Mouro	59
Figura 18: Ciclo do crescimento do turismo e respetivos indicadores	66
Figura 19: Ciclo de planeamento turístico e respetivos indicadores	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Freguesias abrangidas pelo PNPG e sua área.....	25
Quadro 2: Densidade populacional das freguesias abrangidas pelo PNPG.....	29
Quadro 3: Receitas e despesas atribuídas ao turismo em Portugal (1997-2012).....	49
Quadro 4: Concentração da 2ª habitação no PNPG.....	64
Quadro 5: Financiamento do Plano de Ação da CETS no PNPG	65
Quadro 6: Parâmetros da curva planeamento turístico no PNPG.....	67
Quadro 7: Indicadores e valor percentual de importância do planeamento no PNPG ...	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do número de habitantes no PNPG (1981-2011).	26
Gráfico 2: Variação do número de habitantes nas freguesias do PNPG (1991-2001) ...	27
Gráfico 3: Variação do número de habitantes nas freguesias do PNPG (2001-2011) ...	28
Gráfico 4: Evolução do número de visitantes no PNPG (1996-2011)	31
Gráfico 5: Evolução do número de visitantes estrangeiros no PNPG (1996-2011)	32
Gráfico 6: Análise da evolução da oferta turística no PNPG (2000-2006)	34
Gráfico 7: Oferta turística atual no PNPG (2014).	35
Gráfico 8: Evolução de turistas internacionais em Portugal (1980-2012).....	48
Gráfico 9: Composição da oferta turística no Norte de Portugal por tipologia.....	50
Gráfico 10: Crescimento do número de unidades de 2ª habitação (1919-2011).	62
Gráfico 11: Número de unidades de 2ª habitação por freguesia.....	63
Gráfico 12: Ciclo do crescimento de unidades de 2ª habitação no PNPG	66
Gráfico 13: Ciclo do planeamento turístico no PNPG	69

ABREVIATURAS

AP – Área(s) Protegida(s)

ART – Agenda Regional de Turismo

CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CETS – Carta Europeia do Turismo Sustentável

ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

INE – Instituto Nacional de Estatística

PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo

POPNPG – Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês

PNPG – Parque Nacional da Peneda Gerês

PNTN – Programa Nacional de Turismo de Natureza

TALC – Tourism Area Life Cycle

TER – Turismo em Espaço Rural

ZPT – Zona de Proteção Total

ZPC – Zona de Proteção Complementar

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos tem-se vindo a assistir a uma progressiva tendência das sociedades contemporâneas em se concentrarem nos centros urbanos de grande dimensão, fenómeno que é acompanhado pelo progressivo abandono e desertificação das zonas rurais (figura 1).

O aumento do fluxo migratório para as zonas citadinas, coloca diversas interrogações, não só em aspetos relativos à gestão do território de forma equilibrada, mas também em aspetos de melhoria de qualidade de vida. *“Aponta-se, sobretudo, para uma distribuição demográfica equilibrada entre os centros urbanos e rurais, não esquecendo que o êxodo em massa das zonas rurais para cidades prejudica umas e outras, na exata medida em que deve existir um necessário balanço entre o dinamismo das cidades e a força telúrica do campo”* (Dias, 2006).

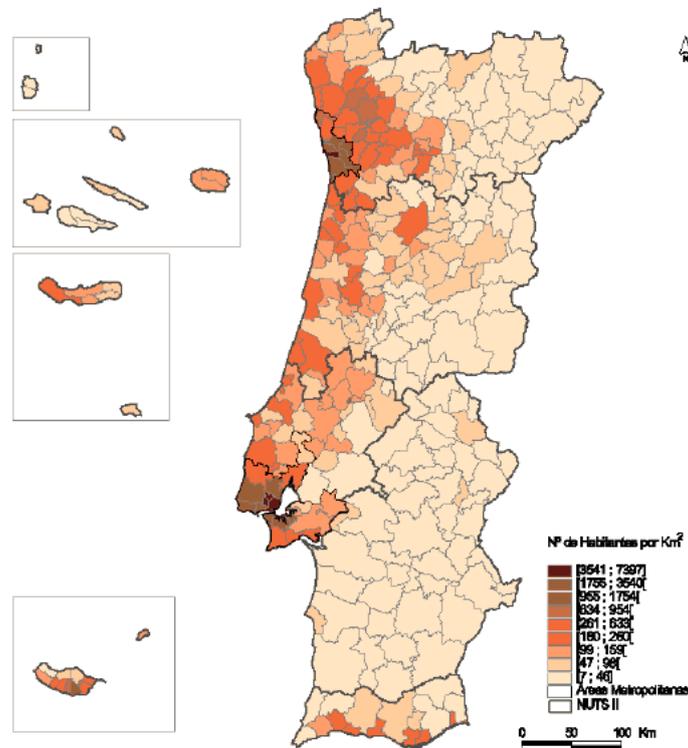


Figura 1: Densidade populacional em Portugal (2011).

Fonte: PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo.

Os habitantes dos centros urbanos nas sociedades contemporâneas mudaram substancialmente de ritmo de vida. A ansiedade, inquietação e conflitos com o meio que as rodeiam é cada vez maior. Por isso, a necessidade humana de calma, de interiorização e de pacificação vai-se impondo como uma nova necessidade desta sociedade contemporânea. Trata-se sobretudo, da procura do bem-estar físico, psíquico e espiritual nas zonas rurais; uma mudança de atitude e mentalidade em questões ambientais que levam a população a escolher espaços para habitar e recrear com melhor qualidade de vida. A este novo fenómeno chamamos de naturbanização (Prados, 2009).

A deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos faz com que um número cada vez maior de pessoas procure, nas férias e fins-de-semana, as regiões com belezas naturais. O ambiente rural até há algum tempo atrás pouco valorizado é agora muito procurado, levando a um conseqüente aumento da procura no mercado de segunda habitação.

O Parque Nacional da Peneda Gerês, oferece produtos e serviços vocacionados para proporcionar o bem-estar necessário à vida atual tão agitada como sejam: o turismo rural (casas de estilo rústico recuperadas, tentando manter a sua imagem inicial, mas com todas as comodidades e conforto de uma casa moderna), diversidade de fauna e flora e águas cristalinas, zona de montanha onde prevalece o cultivo agrícola e a criação de gado.

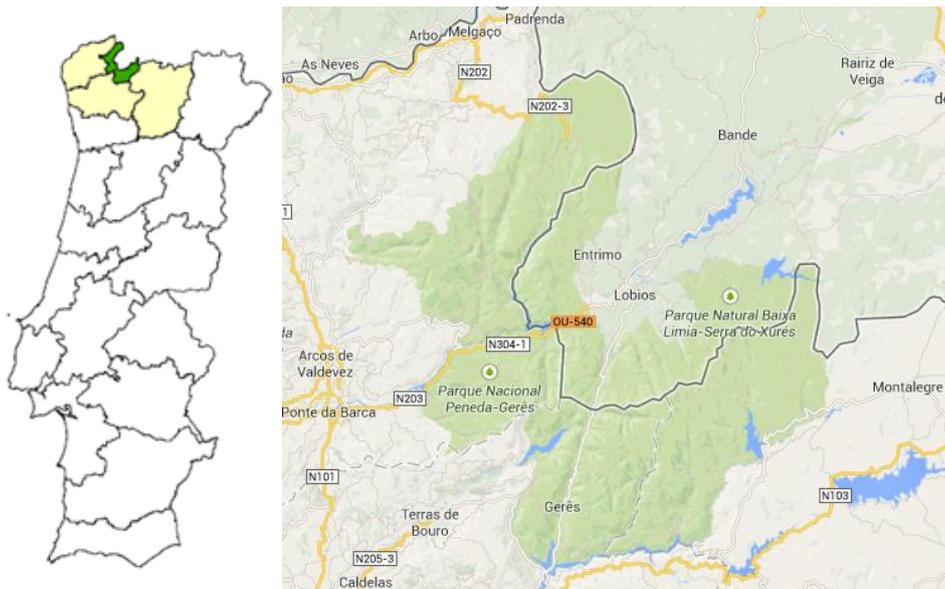


Figura 2: Localização Parque Nacional da Peneda Gerês.

Fonte: Google Maps.

Localiza-se na região norte de Portugal, compartilhando fronteira com a Galiza, que forma uma paisagem contínua com o Parque Natural da Baixa Limia-Serra do Xurés, no município de Lóbios, em Espanha (figura 2). O conjunto dos dois parques forma o Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés.

A região que o integra é de predominância granítica e montanhosa, com altitudes que atingem em máximo de 1545m, no Pico da Nevosa, em Terras de Bouro.

1.1 Objetivos

O objetivo geral da dissertação é apresentar um estudo de modelação de ciclos de vida, estabelecendo parâmetros de comparação da situação no Parque Nacional da Peneda Gerês e um modelo idealizado, relativo ao mercado de segunda habitação. Para isso, é necessário o levantamento do número de habitações que foram construídas ao longo dos anos para uso de segunda habitação, e ainda, a evolução do número de planos implementados para expansão urbana desta área.

O objetivo do estudo de modelação de ciclos de vida, prende-se com o estabelecimento de parâmetros de comparação da situação no PNPG e um modelo idealizado relativamente ao mercado de 2ª habitação.

Os resultados apresentados pelo estudo de caso validam a utilização do modelo selecionado como uma ferramenta eficaz para gestão dos investimentos na área do turismo rural, nomeadamente investimentos no mercado de segunda habitação.

1.2 Metodologia

O primeiro passo para o desenvolvimento deste trabalho, foi a realização de uma revisão bibliográfica sobre modelação de ciclos de vida aplicada ao turismo. Permitindo assim, uma consolidação de conhecimentos sobre esta temática.

Sendo relevante o conhecimento aprofundado da área em estudo, ao nível da evolução social, evolução turística e caracterização socioeconómica, a segunda parte do trabalho realizado consistiu num tratamento de dados estatísticos e levantamento de toda a oferta turística atual existente.

O passo seguinte consistiu numa análise ao planeamento turístico do PNPG, para isso, foi necessário a execução de uma pesquisa intensa sobre todos os planos, projetos e estratégias existentes desde a sua criação.

Este trabalho, visou essencialmente, o estudo da evolução do mercado de 2ª habitação no PNPG, para isso, foi necessário o tratamento de uma base de dados, ao nível desta evolução em todas as freguesias desta área, deste 1919 até 2011. Foi ainda quantificada a presença da 2ª habitação no PNPG relativamente à residência habitual, para isso foi necessário realizar o mesmo tratamento de base de dados em relação a residência habitual.

1.3 Estrutura da tese

No primeiro capítulo é feita uma breve introdução e uma descrição global do trabalho, nomeadamente os objetivos da dissertação, a metodologia adotada e a justificativa do estudo.

O segundo capítulo da tese apresenta uma revisão bibliográfica sobre modelação de ciclos de vida aplicada ao turismo. Especificamente apresentam-se os modelos de Butler (1980), Lourenço (2003) e o Modelo de Análise do Processo Turístico – MAPT (2008).

No terceiro capítulo é feita uma caracterização geral à área em estudo, o Parque Nacional da Peneda Gerês. Numa primeira fase é feita uma análise à evolução social e uma caracterização do turismo ao nível da procura e oferta. Por fim é apresentado os condicionantes desta área ao nível das zonas de proteção e edificabilidade.

No quarto capítulo é estabelecido o panorama geral do planeamento turístico em Portugal, no Norte de Portugal e no Parque Nacional da Peneda Gerês. Apresenta-se o estudo da evolução da 2ª habitação no Parque Nacional da Peneda Gerês, sendo uma das variáveis aplicadas no modelo de ciclo de vida.

Por último, no quinto capítulo, apresentam-se as conclusões obtidas validando os objetivos inicialmente propostos. Em seguida, apresentam-se recomendações para o desenvolvimento de trabalhos futuros.

CAPÍTULO 2. ESTADO DA ARTE

2.1 Introdução

O movimento populacional das áreas urbanas para áreas rurais de grande valor e riqueza paisagística envolventes a Parques Nacionais e Naturais, foi exaustivamente estudado em Espanha por Maria José Prados, a partir do qual designa fenómeno por Naturbanização.

O conhecimento deste conceito é essencial para se perceber esta nova forma de habitar o território, sendo então relevante a análise do mesmo com a modelação de ciclo de vida do turismo. Estes modelos de ciclo de vida monitorizam a progressão das diferentes fases de desenvolvimento do turismo ou de crescimento dos aglomerados num certo período de tempo, nomeadamente a segunda habitação.

Para o desenvolvimento da atividade turística num território, atributos como recursos paisagísticos e boas infra-estruturas devem interagir entre si. O turismo pode constituir uma verdadeira atividade económica quando bem planeado e quando participado pelos residentes.

Compreender a interação espacial que surge com o movimento gerado pelo turismo é um fator fundamental para a promoção, a gestão e a implantação de projetos turístico. Autores (Teles, 2009).

A complexidade da atividade turística no mundo e a necessidade de monitorizar a mesma, levou à criação de modelos apresentados por autores como Butler (1980) e Lourenço (2003). Alvares (2008) apresenta o Modelo de Análise do Processo Turístico - MAPT, modelo de base teórico-conceitual com fundamentação nos modelos de Butler (1980), um dos modelos mais difundidos em análise de ciclo de vida do turismo, e Lourenço (2003), modelo consolidado da área de planeamento urbano.

Ressalta-se o modelo de Lourenço, cujo principal objetivo é a compreensão dos fatores que fundamentam o processo de planeamento e implementação de planos em áreas de expansão urbana.

Incorporando a dimensão da sustentabilidade, ressalta-se os modelos de Hernández e León (2003). A degradação ambiental determina o ciclo de vida da atividade turística, sendo que a preservação do capital natural, aumenta o consumo turístico (Hernández e León, 2003).

2.2 Naturbanização e o mercado de habitação

O fenómeno de naturbanização analisa a procura por parte de proprietários/habitantes das zonas urbanas saturadas de espaços para habitar nas zonas rurais que proporcionam uma qualidade de vida ambiental e paisagística (Prados, 2009).

Esta tendência leva a uma maior procura no mercado de segunda habitação ou até mesmo de primeira habitação nos espaços rurais. As zonas urbanas passam a ser apenas zonas de local de trabalho. Em consequência é exigido infra-estruturas básicas para servir estas pessoas, que escolheram residir em áreas naturais.

Estes espaços são também procurados como desenvolvimento sustentável em consequência da saturação do mercado atual de emprego, utilizando pequenos espaços para cultivo.

A procura por parte do mercado imobiliário tem tido grandes afetações nestas áreas paisagísticas. Estas mudanças verificam-se a nível da sociedade e da criação de novas necessidades.

O preço das propriedades por m^2 varia tendo em conta aspetos como localização, acessibilidade entre outros. Aspetos como atração turística, ambientes ricos do ponto de vista paisagístico aumentam o preço em relação aos terrenos urbanos.

O Parque Nacional da Peneda Gerês, ao longo dos últimos anos e em toda a sua envolvente, tem sofrido alterações ao nível do território. Estas alterações são fruto da sua riqueza paisagística, sendo que nas duas últimas décadas a procura no mercado de segunda habitação tem aumentado. Atualmente há uma transformação a nível das propriedades anteriormente de residência permanente para propriedades como segunda habitação.

2.3 Modelação do ciclo de vida

O ciclo de vida estuda a progressão de diferentes fases de desenvolvimento num certo período de tempo. Este instrumento analítico apresenta-se bastante relevante para monitorar diversas áreas do conhecimento. A modelação de ciclos de vida surgiu nos anos 60 expandindo-se por diversas áreas como o urbanismo, geografia, turismo, marketing e engenharia civil.

Um dos primeiros modelos estabelecidos era composto por cinco fases: pré-comercialização, introdução, crescimento, maturidade e declínio (Fox, 1973) e mais recentemente com três fases: emergência, crescimento e maturidade (McElroy, 2006).

Na década de 60 começaram a ser elaborados modelos no domínio do conhecimento do turismo, Getz classificou em modelos teóricos, modelos de processo de planeamento/gestão e modelos de previsão. Estes modelos surgem na tentativa de compreender as várias atividades turísticas (Getz, 1986).

De acordo com Álvares (2008), na década de 70, surgiram estudos que estabeleciam que o processo em um determinado destino turístico era satisfatório, a partir do momento que se aproximava da equação logística (equação 2.1).

$$\frac{Dv}{Dt} = KV(M - V) \quad (2.1)$$

Onde:

V = número de turistas

t = tempo

M = número máximo de visitantes

K = parâmetro derivado empiricamente

A partir desta equação, Brougham e Butler (1972) definiram a curva teórica assintótica (figura 3). Esses foram os estudos preliminares que possibilitaram a proposta por Butler (1980), um modelo que permitisse o acompanhamento dos ciclos de vida de um determinado destino turístico.

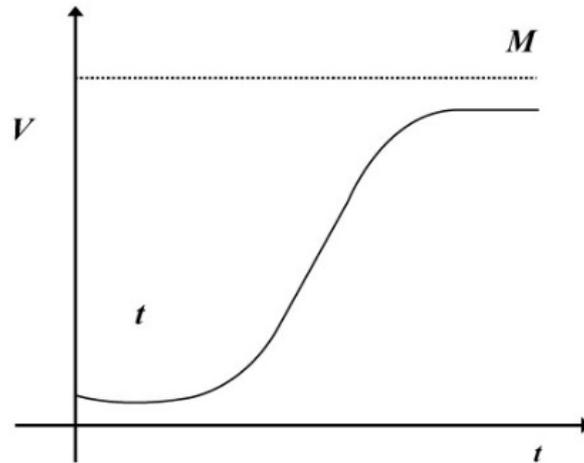


Figura 3: Curva teórica assintótica.

Fonte: Álvares (2008).

2.3.1 O modelo de Butler

Em 1980, Butler adaptou os modelos de ciclo de vida de produtos para turismo e consolidou o ciclo de vida da área turística, TALC (Butler, 1980). Butler adaptou os modelos de ciclo de vida dos produtos e propôs um padrão comum de estudo do desenvolvimento de resorts, sendo que este modelo é ainda hoje aplicado em vários campos do turismo. Nos modelos de ciclo de vida dos produtos, a análise é feita em quatro fases: introdução, crescimento, maturidade e declínio. Com a adaptação deste modelo, Butler criou o primeiro modelo do ciclo de vida da área do turismo, TALC. Este modelo é uma ferramenta para os gestores, com a finalidade de evitar o declínio do lugar, tomando decisões e planejando o turismo de acordo com o diagnóstico resultante da aplicação do modelo (Falcão e Gómez 2012). A principal ideia do TALC assenta sobre a premissa de que a atividade turística possui um limite de crescimento e esse limite deve ser respeitado para que o destino turístico tenha condições de manter as suas atrações, e conseqüentemente, a durabilidade da atividade turística (Falcão e Gómez, 2012).

O modelo de Butler (Figura 4), estabelece que o ciclo de vida de um produto turístico compreende as seguintes fases: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e, posteriormente, declínio ou rejuvenescimento.

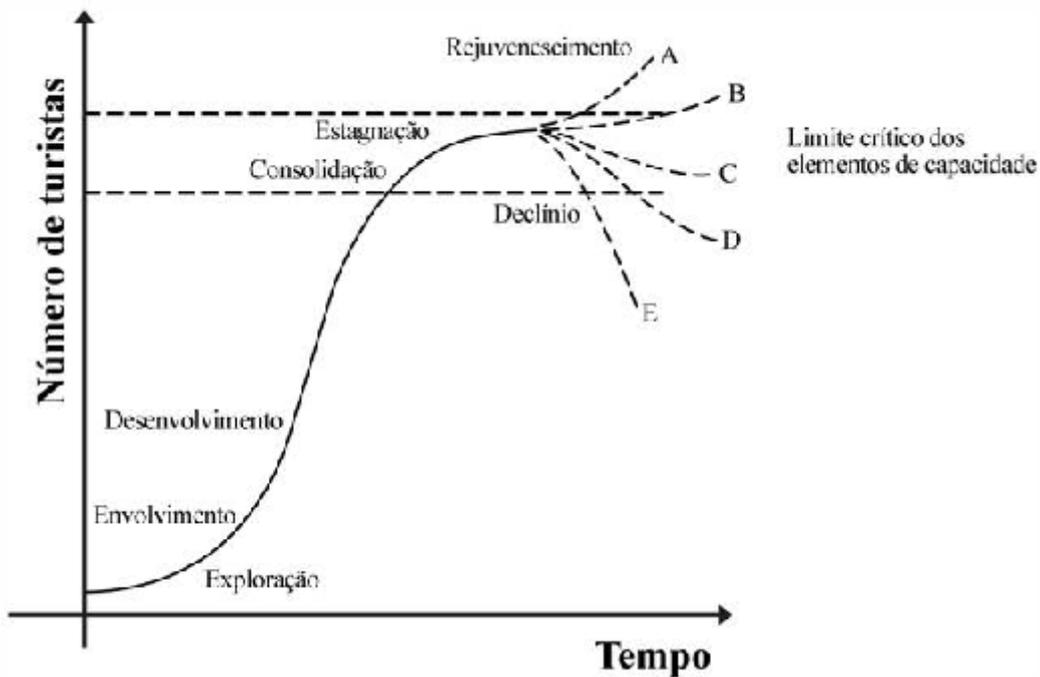


Figura 4: Modelo de Butler (1980) para a evolução hipotética da área turística.

Fonte: Álvares (2008).

As mudanças de preferência dos visitantes, destinos concorrentes, capacidade de suporte identificáveis por fatores ambientais, físicos e sociais, de acordo com Butler, são fatores que estão relacionados com a evolução do turismo.

Das fases definidas por Butler, a *exploração* é a fase em que há poucos turistas, pois o destino ainda não possui facilidades específicas para o uso turístico; a fase de *envolvimento* é caracterizada pelo destino começar a receber turistas com uma certa regularidade, e pelo envolvimento da comunidade no processo turístico e disponibilização de serviços aos turistas; a fase de *desenvolvimento* caracteriza-se já por um número significativo de turistas e por um marketing turístico já muito utilizado; na fase de *consolidação* o turismo é muito importante para a economia local e continua a haver crescimento do número de turistas, apesar de se verificar um decréscimo na taxa de crescimento turístico; na fase de *estagnação* os destinos alcançam o pico de turistas e a capacidade de carga relativa a diversos fatores ambientais, sociais e econômicos encontra-se saturada ou até mesmo excedida; quanto à fase de *declínio*, esta caracteriza-

se pela perda do poder competitivo do destino e muitas facilidades turísticas começam a desaparecer (Alvares, 2008).

De acordo com Butler (2006), nos destinos turísticos, é necessário uma apropriada intervenção para que estes não venham a sentir efeitos do declínio da atividade turística. Há duas possibilidades para um quadro de eventual declínio do turismo: (i) continuar implementando a atividade mantendo o poder de atratividade do destino em relação aos investimentos e aos turistas, (ii) realizar o rejuvenescimento, através de diversas maneiras, entre estas mudanças de foco e reposicionamento de mercado.

2.3.2 Modelos pós-Butler

O princípio de modelar apenas uma curva associada ao desenvolvimento da atividade turística proposto por Butler, foi mantido por vários autores até a atualidade, apenas foram propostas modificações ao nível do número e extensão das fases inicialmente propostas.

Knowles (1996) seleciona oito fatores para ajudar um destino turístico a identificar a fase do ciclo de vida em que se encontra, nomeadamente: a taxa de crescimento do mercado, o potencial crescimento, a capacidade de diferenciação dos produtos, o número de concorrentes, a distribuição da quota de mercados pelos concorrentes, a fidelização dos consumidores, as barreiras de entrada e a tecnologia. Ainda é relevante ter em conta os indicadores de crescimento: taxa de crescimento, percentagem de visitantes que voltam a visitar o destino, período de duração da estadia, gastos por pessoa e a forma de viagem (Cooper, 1992).

Para Berry (2001), as fases do ciclo de vida dos destinos turísticos podem ser classificadas em três grupos: “áreas de declínio”, “áreas de rejuvenescimento” e “áreas de estabilidade constante”. Neste último grupo o autor ressalta que muitas das cidades que o compõem possuem atrativos com base em valores religiosos e/ou culturais. Alvares (2008) cita como um dos exemplos mundiais de “estabilidade constante”, a cidade de Paris, localizada em França.

De acordo com Alvares (2008), ao analisar a teoria de Berry, observa-se que a mesma possibilita a classificação dos ciclos de vida de destinos, em cenários macro. No

entanto, ao avaliar os destinos a nível micro, é possível encontrar áreas em declínio e, até em rejuvenescimento, dentro de uma mesma grande cidade, como em Paris, onde em áreas diferentes da cidade podem ser percebidas diferentes fases do ciclo de vida.

A teoria do “ciclo viciado” do desenvolvimento turístico, estabelecida por Russo (2002), considera os turistas/visitantes de um dia e a relação destes com a qualidade dos destinos. Os efeitos perversos do aumento dos excursionistas e os custos gerados nas áreas turísticas originam o “ciclo viciado”, onde os destinos sofrem constantes declínios na atratividade turística que exercem (Russo, 2002).

Segundo Alvares (2008), o modelo desenvolvido por Hernández e León (2003), é outro modelo pós-Butler, sendo este alargado a processos, embora com aplicação prática apenas em uma das curvas. Segundo estes autores tem-se a curva logística do ciclo de vida do produto turístico, onde a evolução do número de turistas $q(t)$ durante um período de tempo (t) determina o nível de consumo, conforme detalhado à frente.

Flores (2006), estabeleceu uma versão do TALC para os países localizados no hemisfério sul, denominada como STALC ou TALC do Sul. A nova abordagem para o TALC sugere a incorporação de indicadores locais para mensurar os ciclos turísticos, uma vez que fatores de natureza técnica, financeira, jurídica e estrutural têm impacto nos ciclos de vida de destinos. O STALC propõe, em contrapartida das seis fases de Butler, duas fases, a saber, “sem poluição” e “com poluição”. O STALC traz contribuições, a partir do momento que sugere a análise de indicadores locais e a incorporação da qualidade do destino, no entanto a subdivisão em apenas duas fases, reflete análises simplistas e que não cumprem a função de compreensão pormenorizada de ciclos.

2.3.3 Avaliação crítica do modelo de Butler

De acordo com Alvares (2008), de uma forma geral, nas análises sobre ciclos de vida do turismo observou-se a preocupação dos investigadores em relação aos fatores de mudança que determinam a passagem de fases e a dificuldade de distinção entre estas. Importante ressaltar que em relação aos pontos máximos de inflexão é complicado

avaliar se são realmente máximos, ou apenas máximos locais, no decorrer daquele ciclo (Hernández e León, 2003).

Relativamente à dificuldade de diagnosticar as fases do ciclo de vida, é necessário enfatizar que esta é um dos embaraços enfrentados, também, por outras áreas do conhecimento. Neste sentido, Hall (1984) estabelece que há uma falta de instrumentos capazes de diagnosticar, exatamente, em qual fase do ciclo de vida se encontra uma organização, em um determinado período de tempo. Essas críticas gerais incidem sobre o modelo de Butler (1980), sendo que até ao momento, não foram selecionadas do ponto de vista prático para aplicação de modelos de ciclo de vida.

Uma das críticas de Cooper (2001), específicas ao modelo de Butler (1980), é que este depende demasiado da oferta e procura. Neste âmbito, as mudanças na procura turística, que são representadas graficamente pela curva de Butler (1980), estão diretamente relacionadas a alterações da oferta turística, entre estas, os investimentos realizados em uma área, o controle da capacidade de carga e as “respostas” do planeamento turístico (Cooper, 2001). Segundo Alvares (2008), sobre a dificuldade de avaliar, com rigor, o ciclo turístico de um destino, concorda-se com o estabelecido por Cooper (2001), no entanto, discorda-se da crítica deste mesmo autor a respeito da grande dependência entre oferta e demanda inerente ao modelo de Butler, visto ser inevitável esta relação, que na realidade, é uma das bases fundamentais de reflexão para análises de ciclos de vida do turismo.

2.3.4 Modelo de Lourenço

No âmbito do modelo de Lourenço (2003), encontra-se o conceito de planos-processo desenvolvido a partir dos anos 70, na área do conhecimento do planeamento urbano. O principal instrumento deste conceito é o estabelecimento de planos, ou seja, entre a decisão e o ato de investir, assim como entre a ação planeada e a sua execução, elabora-se e aplica-se os planos.

Na sequência plano-ação-plano, citado por Lourenço (2003), os planos-processo são processos contínuos de planeamento, onde os planos são instrumentos essenciais. Os

planos são elaborados e implementados com posterior avaliação, sendo que quando se estabelece um novo plano, inicia-se um novo ciclo de plano-processo.

A partir dos anos 90, os planos-processo tornaram-se instrumentos efetivos, permitindo a realização do planejamento dinâmico e contribuindo para que houvesse maiores probabilidades de sucesso na gestão do controle urbanístico (Álvares, 2008).

O modelo Lourenço (2003) é baseado no “quase modelo” de Holton (Figura 5) e tem a seguinte estrutura: no eixo das abcissas e variável tempo, representado por t , onde o período t é igual a dez anos, e no eixo das ordenadas a intensidade do ciclo (IC) do processo de planejamento de áreas de expansão, parametrizadas em três fases, a saber, i) mínima, ii) média e iii) máxima, (Lourenço, 2003). O principal objetivo desse modelo é a compreensão dos fatores que fundamentam o processo de planejamento e implementação de planos em áreas de expansão urbana.

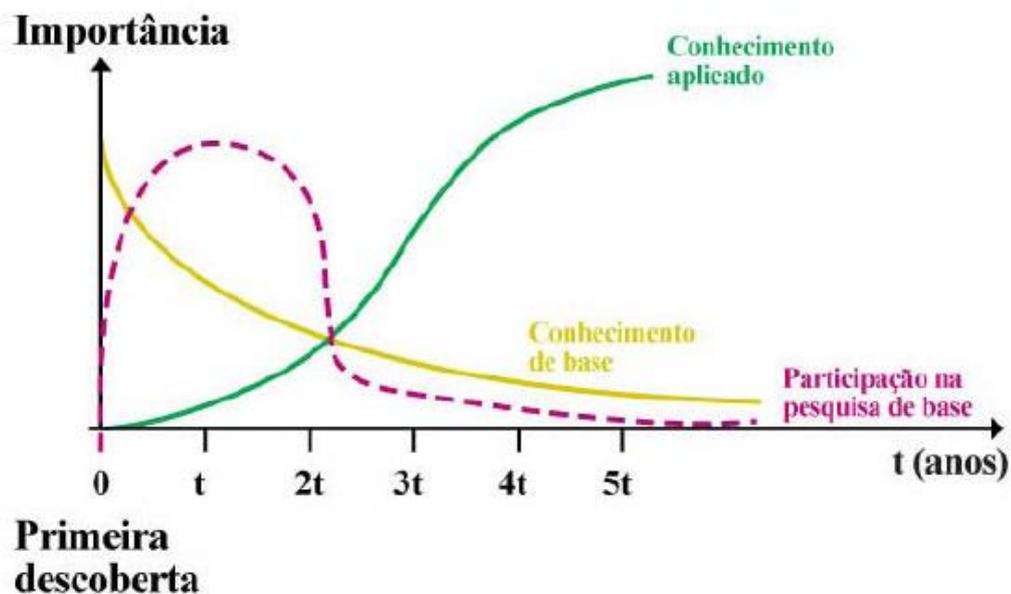


Figura 5: “Quase modelo” de Holton.

Fonte: Lourenço (2003).

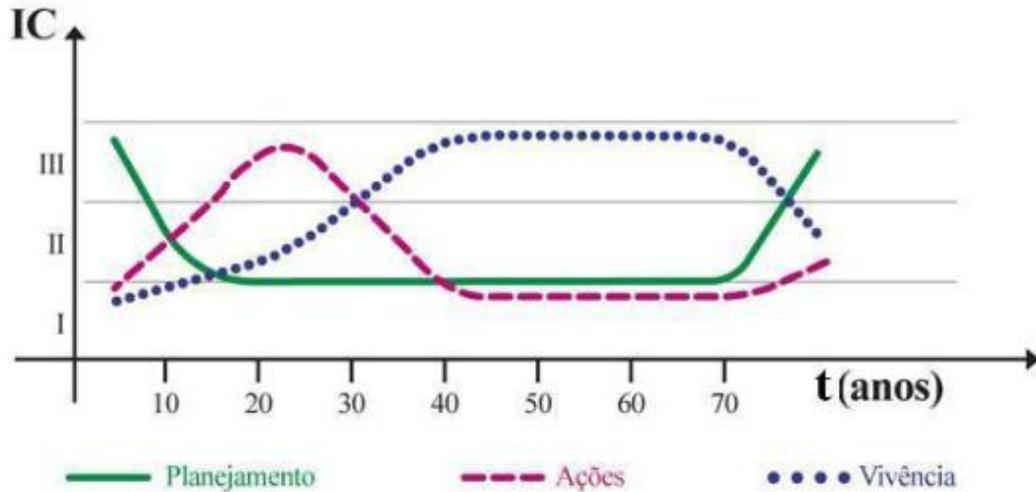


Figura 6: Modelo idealizado de Lourenço (2003) para áreas de expansão urbana.

Fonte: Lourenço (2003).

A variável planejamento de Lourenço (2003) é estabelecida pelo número de planos elaborados e pelas verbas gastas em consultoria (recursos humanos/técnicos para elaboração do planejamento). A curva das ações é contabilizada pelos recursos financeiros despendidos para a concretização dos planos estabelecidos. Enquanto a curva de vivência é medida pela evolução da área urbanizável ou crescimento da população da área em estudo.

As curvas estabelecidas por Lourenço (2003) são exponenciais, como mostra a equação (2.2) e logísticas, conforme a equação (2.3), em que S representa a área de expansão e t, um período de tempo e associam três curvas relativas aos ciclos de planejamento, ação e vivência.

$$S(t) = a + b e^{ct} \quad (2.2)$$

Onde:

$$260 \leq a \leq 700; 0,002 \leq b \leq 0,16; 0,08 \leq c \leq 0,14$$

$$S(t) = \frac{K}{1 + e^{a-bt}} \quad (2.3)$$

Onde:

$$1400 \leq K \leq 2000; 32 \leq a \leq 103; 0,0016 \leq b \leq 0.05$$

De acordo com Lourenço, o ciclo de vida de expansão urbana é de aproximadamente 70 anos. O modelo considera as intensidades dos ciclos em mínimo (I), médio (II) e máximo (III). Ao fazer um breve resumo deste modelo, tem-se que, após 10 anos da produção do planeamento, a intensidade do planeamento diminui significativamente e chega ao nível mínimo (I), ao fim de 20 anos, o ciclo das ações atinge um máximo (III). Após 40 anos do início da urbanização, observa-se de acordo com o modelo de comportamento ideal que a área atingirá um máximo (III) de vivência, que decrescerá, a partir de 70 anos (Álvares, 2008).

O modelo de Lourenço (2003), tem como principal objetivo a compreensão dos fatores que fundamentam o processo de planeamento e implementação de planos em áreas de expansão urbana. Este modelo permite uma maior apreensão dos processos de expansão urbana, o que contribui para um melhor monitoramento dos planos-processo e suas possíveis ameaças. O modelo não tem a intenção de realizar previsões, mas sim ser um instrumento que contribua para a gestão dessas áreas.

2.3.5 Modelo de Análise do Processo Turístico- MAPT

De acordo com Álvares (2008), o Modelo de Análise do Processo Turístico- MAPT, tem a intenção de possibilitar a análise e o monitoramento de processos de desenvolvimento turístico e não apenas a identificação do ciclo de vida de um produto, designadamente turístico, como foi efetuado na quase totalidade dos modelos de ciclo de vida.

A conceção do MAPT foi realizada tendo como elementos fulcrais o planeamento turístico, os investimentos públicos em turismo (considera-se os investimentos com incidência direta no turismo, entre estes os investimentos realizados no património cultural e em cultura, de uma forma geral) e o crescimento da atividade turística. Desta forma, a intenção foi elaborar um modelo que possibilitasse análises e reflexões sobre as

inter-relações entre os componentes essenciais do processo turístico, tendo em vista contribuir, no futuro, para uma gestão turística mais eficiente(Alvares, 2008).

Álvares (2008), para a elaboração do modelo MAPT, partiu dos modelos de Butler (1980) e de Lourenço (2003), e das análises do ciclo de vida. O MAPT contempla a variável proposta por Butler (1980), crescimento da atividade turística, e as variáveis analisadas por Lourenço, adaptando a um foco de estudo de diferente, isto é, de áreas de expansão urbana para áreas de desenvolvimento turístico.

Álvares (2008) ressalta que os modelos ciclos de vida de áreas turísticas podem ser mais abrangentes, os quais abarcam uma maior gama de indicadores, ou modelos mais simples, em que são priorizados alguns indicadores ou até mesmo apenas um. Os indicadores dos modelos são estabelecidos consoante os objetivos e hipóteses de estudo, considerando ainda os aspetos específicos de cada destino turístico, sejam estes físicos, ambientais ou políticos. Os indicadores ao serem selecionados devem levar em consideração cinco critérios: relevância, viabilidade, credibilidade, clareza e comparabilidade (Manning, 2004). Álvares (2008) considerou estes critérios ao escolher os indicadores para análise das variáveis contempladas pelo MAPT.

O gráfico da figura 7 representa o Modelo de Análise do Processo Turístico, onde o eixo das ordenadas corresponde à variável intensidade do ciclo (IC) e o eixo das abcissas corresponde à variável tempo (t). As variáveis contempladas em análise são as seguintes: *o planeamento turístico*, *os investimentos públicos em turismo* e *o crescimento do turismo*. A curva do crescimento do turismo estabelecida no MAPT é a mesma de Butler (1980), no entanto, com indicadores diferentes. Esta curva está relacionada com a curva da vivência de Lourenço (2003), tendo a mesma função em análises distintas, ou seja, para Lourenço mostra o crescimento da ocupação da área urbanizável e no MAPT, representa o crescimento da atividade turística em determinado destino turístico.

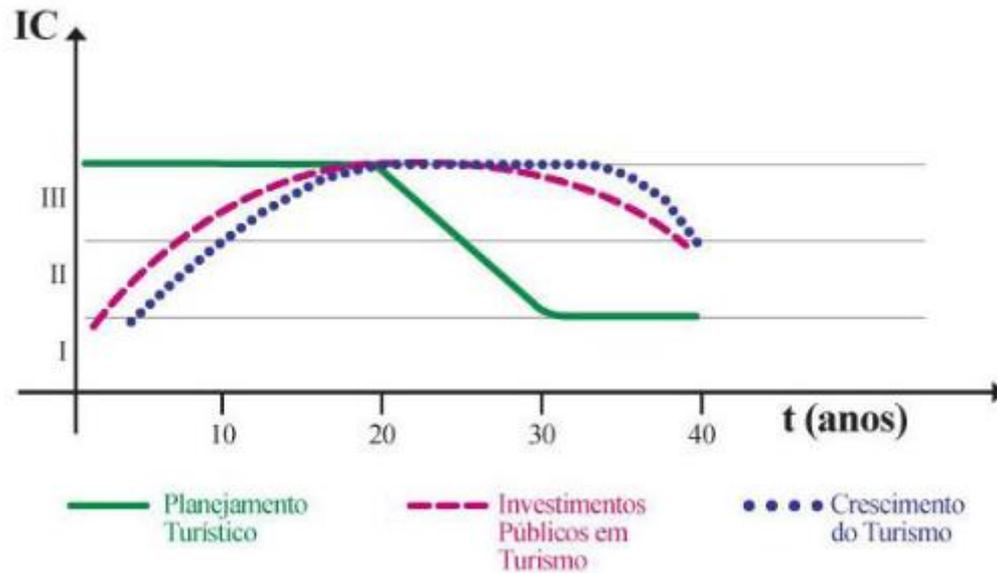


Figura 7: Modelo de Análise do Processo Turístico – MAPT.

Fonte: Álvares (2008).

O *planeamento turístico* tem como indicadores: números de planos, estratégias/diretrizes, estudos (de mercado, de capacidade de suporte, entre outros na área do turismo) encomendados pelo poder público, e o grau de participação pública. Alvares (2008), ao analisar estes indicadores observa a relevância destes no início dos ciclos de turismo, visto o planeamento ser a base de estruturação e organização da atividade. Neste sentido, considera que de uma maneira idealizada a intensidade do ciclo, IC, deve começar com o nível máximo (III) e deve manter neste durante 20 anos. Nos 10 anos seguintes o planeamento já se encontra estruturado e não é necessário tantos esforços, passando para o nível médio (II) e posteriormente para o nível mínimo (I).

Os *investimentos públicos* são mensurados através do indicador: capital público despedido em infra-estrutura de apoio ao turismo, infra-estrutura de acesso, eventos turístico/culturais, conservação/restauração do patrimônio artístico-cultural, atrativos e divulgação. De forma idealizada, estabelece-se que os investimentos tenham um rápido crescimento e passam do nível máximo (III), alcançando o pico ao redor do 15º ano. Os investimentos deveriam se manter no nível máximo (III) durante cerca de 15 anos e só

após esta fase passariam para o nível médio (II), quando pressupõe que os grandes investimentos em infra-estruturas já foram realizados (Alvares, 2008).

A curva do *crecimento do turismo*, em um destino, será avaliada pelo indicador composto de unidades habitacionais ocupadas, mensurado através do número de unidades habitacionais multiplicado pela taxa de ocupação. É sabido a importância dos investimentos privados para o desenvolvimento da atividade turística, e estes serão de certa forma contemplados no modelo proposto pela curva do crescimento que reflete os investimentos realizados nos meios de hospedagem, através da mensuração do número de unidades habitacionais. Em relação à intensidade idealizada do ciclo observa-se que o crescimento deveria passar para o nível máximo (III) após 10 anos de início de ciclo e atingir o pico ao redor do 20º ano, mantendo-se neste por aproximadamente 15 anos.

Álvares ressalta que o MAPT é um instrumento de análise que conjuga a medição de ciclos de vida e avaliações de processos de desenvolvimento turístico e pode ser utilizado por: gestores públicos em turismo, futuros empreendedores em turísticos, assim como acadêmicos da área, seja em análise de fundo teórico ou, preferencialmente, em investigação aplicadas a estudos de destinos turísticos.

2.3.6 O modelo de Hernández e León

De acordo com Álvares (2008), há estudos que contribuem para a análise sistêmica da atividade turística, incorporando a dimensão da sustentabilidade, entre estes, ressalta-se os de Hernández e León (2003) que realizaram diversas análises sobre trajetória ótima do consumo do turismo $C(t)$ e a relação com os gastos com a conservação do meio ambiente $A(t)$ (Figura 8).

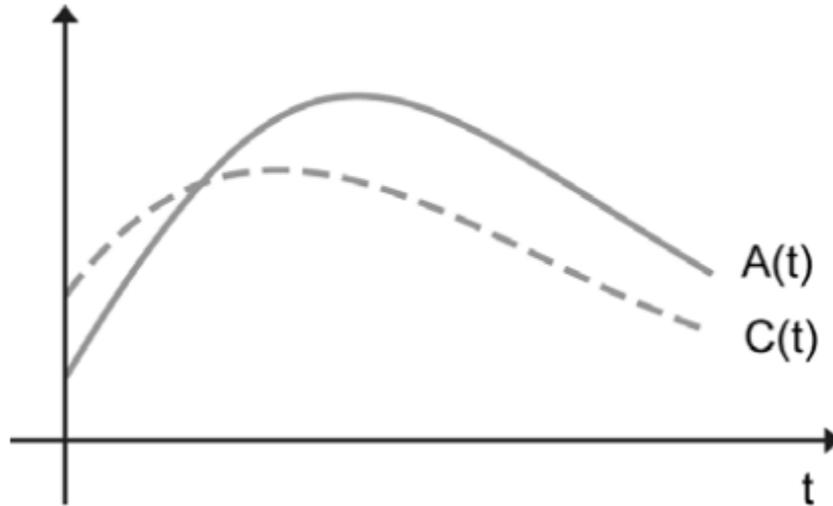


Figura 8: Trajetória ótima de Hernández e León para o controle das variáveis $C(t)$ e $A(t)$.

Fonte: Álvares (2008).

O gráfico da figura 9 representa a curva logística do ciclo de vida do produto, sendo que esta representa o número de turistas $q(t)$ durante um período de tempo (t) que determinam o nível de consumo.

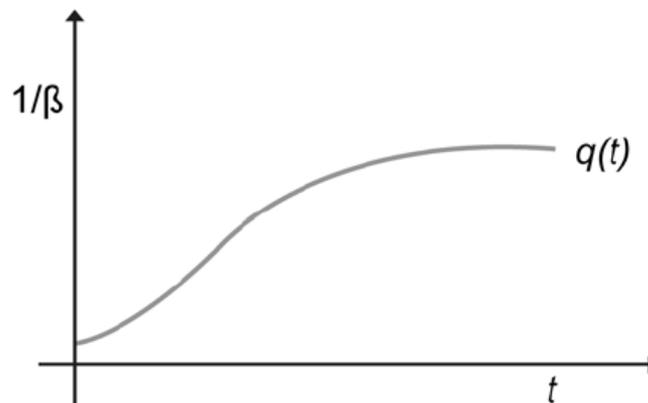


Figura 9: Curva logística do ciclo de vida do produto turístico.

Fonte: Alvares(2008).

O gráfico da figura 10 representa a função de degradação do meio ambiente, esta é determinada pelas constantes: nível de saturação do número de turistas q^* e gastos com a conservação do meio ambiente A , sendo que A^* é o ponto de saturação.

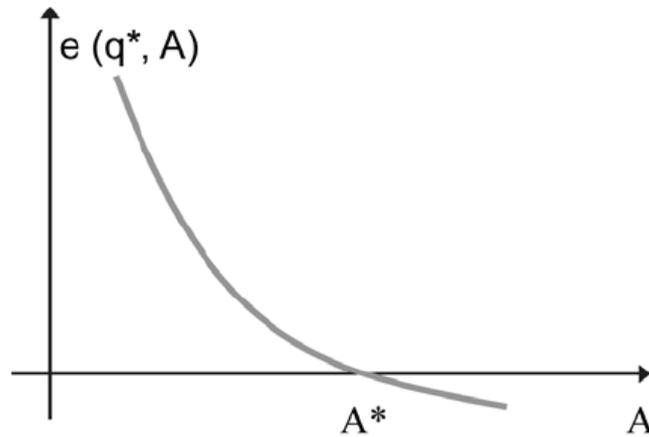


Figura 10: Curva logística do ciclo de vida.

Fonte: Álvares (2008).

A degradação do meio ambiente e declínio do capital natural determinam o ciclo de vida atividade turística, sendo que quando há um grande stock de capital natural e um ambiente preservado, nos destinos turísticos, o consumo turístico aumenta (Hernández e León, 2003).

2.4 Síntese

Os modelos de ciclo de vida permitem a análise de conhecimentos mais aprofundados a respeito de uma área e sua evolução no tempo. As investigações sobre modelos ciclos de vida incidiram em Butler (1980) que desenvolveu a teoria do ciclo de vida da área turística, conhecida por TALC e Lourenço (2003) que criou um modelo para áreas de expansão urbana.

No âmbito do modelo de Lourenço (2003) encontra-se o conceito de planos-processo, cujo instrumento principal deste conceito é o estabelecimento de planos. Este modelo permite uma maior apreensão dos processos de expansão urbana, o que contribui para um melhor monitoramento dos planos-processo e suas possíveis ameaças.

De ressaltar ainda o modelo desenvolvido por Álvares (2008), o Modelo de Análise do Processo Turístico-MAPT, com a intenção de possibilitar a análise e a monitorização de processos de desenvolvimento turístico e não apenas a identificação do ciclo de vida de um produto, como é frequente nos modelos de ciclos de vida.

CAPÍTULO 3. PLANEAMENTO E TURISMO NO PNPG

3.1 Introdução

O Parque Nacional da Peneda Gerês apresenta-se como uma sendo uma área de excelência ao nível do seu património natural e cultural. Foi a primeira área protegida criada Portugal é caracterizada como sendo a única que possui o estatuto de Parque Nacional.

Neste capítulo, num primeira fase far-se-á uma análise à evolução social do PNPG nos últimos anos, sendo esta análise importante para a compreensão da atratividade deste espaço para construções de 2ª habitação. Neste sentido, é igualmente importante a realização de uma análise ao nível do turismo nesta área, nomeadamente uma caracterização da procura e oferta turística. O PNPG é reconhecido pelos recursos e potencialidades turísticas extraordinárias do ponto de vista natural, com um peso crescente na economia da região.

Numa segunda fase, é analisado o zonamento no PNPG, visto que este integra áreas sujeitas a regimes de proteção específicos, que visam salvaguardar e conservar os recursos e valores naturais existentes. Por outro lado, estes regimes de proteção, visão também assegurar a compatibilização entre a proteção destes recursos e as atividades humanas desenvolvidas nestas áreas.

Por fim, far-se-á uma análise aos condicionantes à edificabilidade no PNPG, referindo algumas restrições legislativas no que diz respeito a áreas protegidas e uma análise à caracterização socioeconómica.

3.2 Caracterização do PNPG

O Parque Nacional da Peneda- Gerês (PNPG), desde a sua criação, foi qualificado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) pelo elevado valor do seu

Quadro 1: Freguesias abrangidas pelo PNPG e sua área.

Freguesia	Área (ha)	Freguesia	Área (ha)
Campo do Gerês	6864,41	Ermida	1115,17
Covide	1809,07	Germil	1292,88
Rio Caldo	1395,28	Entre Ambos-os-Rios	1457,61
Vilar da Veiga	7784,50	Lindoso	4601,29
Cabril	7659,28	Lamas de Mouro	1764,71
Outeiro	6842,11	Castro Laboreiro	8837,97
Pitões das Júnias	3347,19	Cabana Maior	1340,44
Tourém	1704,29	Cabreiro	4171,54
Covelães	2005,94	Gavieira	5775,19
Sezelhe	1288,57	Gondoriz	3397,16
Britelo	1289,89	Soajo	5911,27

Fonte: Elaboração própria. Dados: INE

Para além do estatuto de parque nacional, o PNPG está abrangido por outros regimes de proteção:

- Reserva Biogenética do Conselho da Europa: “Matas de Palheiros – Albergaria”;
- Sítio de Importância Comunitária “Serra da Peneda Gerês”, da Rede Natura 2000;
- Zona de Proteção Especial para Aves Selvagens da “Serra do Gerês”, da Rede Natura 2000;
- Pan Park;
- Reserva da Biosfera (UNESCO) (ICNB,2007).

Um dos aspetos que distingue o PNPG de outras áreas protegidas em Portugal é o da existência de uma zona núcleo de habitats naturais não fragmentados com mais de 10000ha, que compreende toda a parte alta da Serra do Gerês. Para além desta área que faz parte integrante da atual área de ambiente natural, existem ainda outras áreas em excelente estado de conservação no PNPG, como a Mata do Ramiscal, a Serra da Peneda, a encosta da Serra Amarela e o Planalto de Castro de Laboreiro e da Mourela.

3.3 Caraterização da população e evolução demográfica

O estudo da população foi realizado através de dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), referente ao Recenseamento Geral da População e Habitação. Através da análise do gráfico 1, verifica-se uma sucessiva diminuição da população presente no PNPG, evidenciando o fenómeno de desertificação humana. Na década de 80 verifica-se um decréscimo da população com variação na ordem do 15%, refletindo os movimentos migratórios e estrutura económica da época. A tendência negativa da evolução da população no PNPG mantém-se na década de 90, com uma perda de cerca de 14% da população residente. Entre 2001 e 2011 verifica-se a evolução mais negativa da população, com cerca de 18%, onde se começa já a sentir os efeitos da mortalidade e das baixas taxas de natalidade que dificultam a renovação da população. A taxa de natalidade no PNPG, quando considerados os últimos censos, apresenta uma tendência para diminuir. O aumento do desemprego nesta década, agravado pela evolução recessiva do setor primário, levando assim, as populações a mudarem a sua residência para zonas com maior empregabilidade, é outro fator, que será tratado com maior relevância neste trabalho posteriormente.

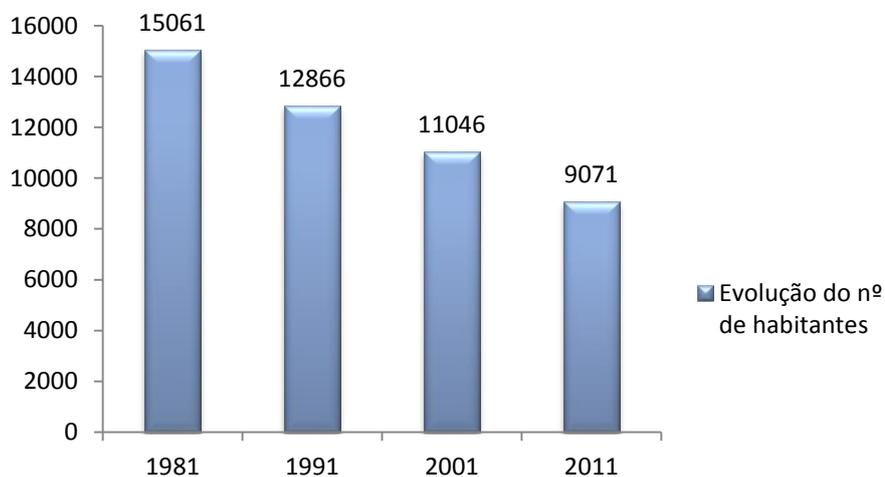


Gráfico 1: Evolução do número de habitantes no PNPG (1981-2011).

Fonte: Elaboração própria. Dados: INE

Analisando ao nível das freguesias, de uma forma geral, todas as freguesias em estudo têm diminuído de habitantes, apresentando variações negativas ao longo dos intervalos

de tempo analisados, com exceção da freguesia de Entre Ambos-os-Rios, cuja população regista um ligeiro aumento (gráfico 2).

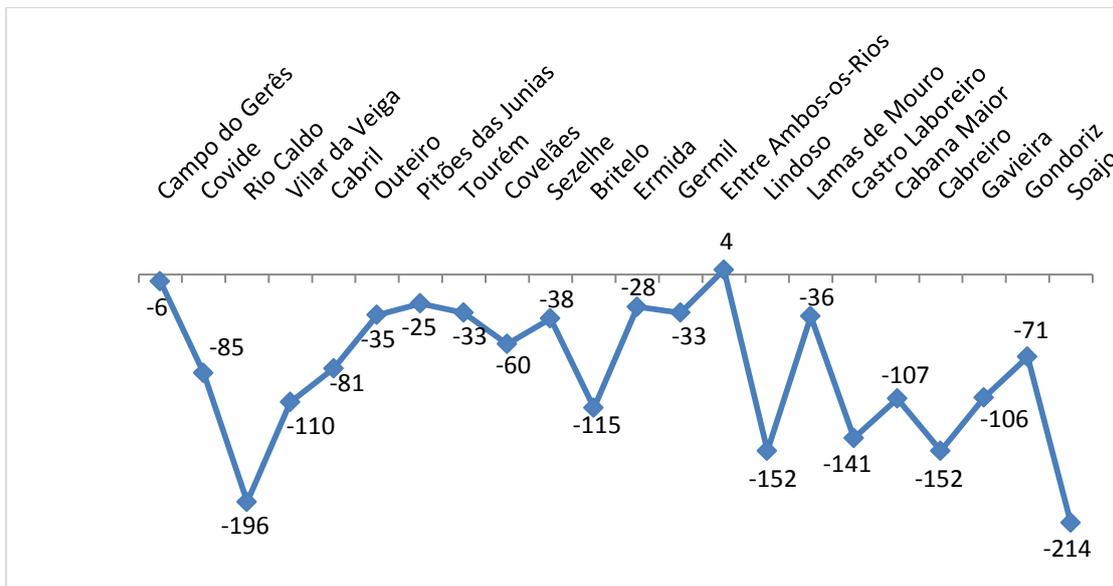


Gráfico 2: Variação do número de habitantes nas freguesias do PNPG (1991-2001)

Fonte: Elaboração própria. Dados: INE

Analisando a última década e comparativamente à década de estudo passada, as freguesias de Sezelhe, Campo do Gerês e Tourém, apresentam decréscimos populacionais mais reduzidos, conseguindo manter mais população. Por outro lado, Vilar da Veiga, Gavieira, Gondoriz e Castro de Laboreiro são exemplo de freguesias cuja tendência regressiva se acentuou (gráfico 3).

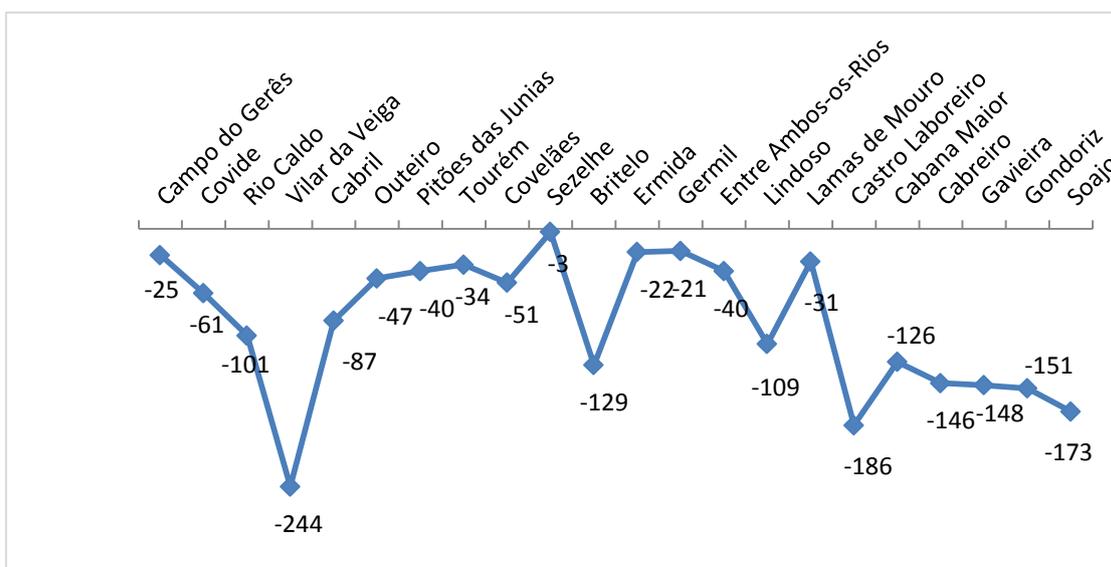


Gráfico 3: Variação do número de habitantes nas freguesias do PNPG (2001-2011)

Fonte: Elaboração própria. Dados: INE

No que diz respeito à concentração da população (quadro 2), destaca-se a freguesia de Rio Caldo, com a densidade populacional mais elevada (63,93 habitantes por km²). Com baixa densidade populacional destaca-se a freguesia de Campo do Gerês, com apenas aproximadamente 2,36 habitantes por km². De realçar que uma grande parte da área da freguesia de Campo do Gerês se encontra numa Zona de Proteção Total (tratado pormenorizadamente na secção 3.5), de destacar também que existe uma grande desigualdade ao nível das áreas das freguesias atrás descritas.

Quadro 2: Densidade populacional das freguesias abrangidas pelo PNPG.

Freguesia	Densidade Pop. (Hab/Km²)	Freguesia	Densidade Pop. (Hab/Km²)
Campo do Gerês	2,36	Ermida	5,47
Covide	18,96	Germil	3,79
Rio Caldo	63,93	Entre Ambos-os-Rios	34,44
Vilar da Veiga	16,52	Lindoso	9,28
Cabril	7,22	Lamas de Mouro	6,63
Outeiro	2,28	Castro Laboreiro	6,11
Pitões das Júnias	4,81	Cabana Maior	17,83
Tourém	8,86	Cabreiro	10,26
Covelães	6,73	Gavieira	5,16
Sezelhe	11,02	Gondoriz	28,20
Britelo	37,60	Soajo	16,68

Fonte: Elaboração própria

3.4 Turismo no PNPG

O turismo de natureza é caracterizado por ser um turismo realizado em áreas protegidas e cuja motivação principal é viver experiências de grande valor simbólico, interagir e usufruir da natureza, e as atividades principais são as atividades desportivas, contemplação da natureza e atividades de interesse especial.

Este é considerado nos dias de hoje como um dos segmentos mais promissores e com maior crescimento. Este fato deve-se ao desenvolvimento socioeconómico e à revitalização das zonas rurais através dos fluxos turísticos, sendo, de destacar, a presença da segunda habitação. As áreas protegidas assumem, então, um papel de destaque, visto que é nestas áreas protegidas que o turismo de natureza se desenvolve com maior vigor.

O PNPG é reconhecido pelos recursos e potencialidades turísticas extraordinárias, que têm sido a base do desenvolvimento da atividade turística e com peso crescente na economia da região. As atividades relacionadas com o turismo, como a hotelaria, a restauração, a animação turística e os circuitos dos mais variados tipos, têm contribuído também para o aparecimento de mais atividades. Exemplo disso são a movimentação da

construção civil e a expressão do comércio que contribuem para a economia local e para a criação de emprego (POPMPG).

3.4.1 Caracterização da procura turística

A análise da procura turística no PNPG foi baseada, essencialmente, no movimento de visitantes aos postos de turismo existentes. Considera-se que os dados são demonstrativos da evolução da procura turística, apesar de ser apenas um indicador do movimento de visitantes. A caracterização da procura turística deveria também permitir identificar e caracterizar os tipos de visitantes do PNPG, permitindo, através da construção de cenários, auxiliar na tomada de decisões das entidades responsáveis do planeamento e desenvolvimento do território, contudo, estes dados encontram-se de momento indisponíveis de obter ou adquirir.

A evolução do número de visitantes foi obtida através de dados fornecidos pelo ICNF, do movimento de visitantes aos postos de turismo e estruturas de informação. Observando a evolução do número de visitantes que procuram informação turística nos Postos de Turismo representada no gráfico 4, verifica-se que houve um crescimento significativo de 1996 para 2013. Contudo, durante este período registaram-se oscilações, a tendência de crescimento não foi linear ao longo de todo o período de tempo. De ressaltar, para o período 2007-2013, o crescimento de aproximadamente 50 % no número de visitantes, período em que foram implementadas novas Portas no PNPG.

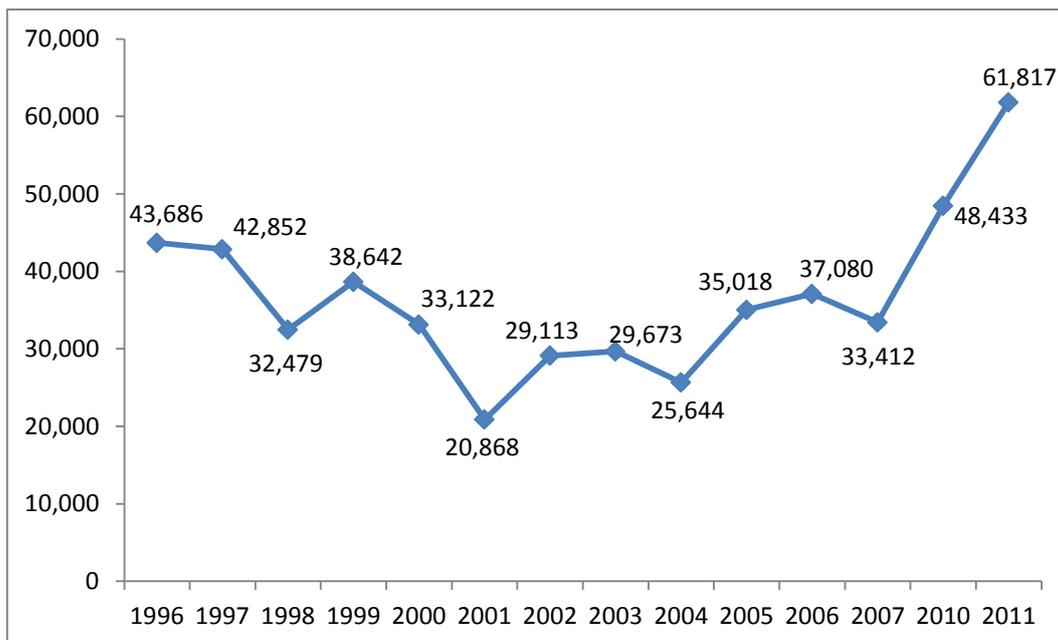


Gráfico 4: Evolução do número de visitantes no PNPG (1996-2011)

Fonte: Elaboração própria. Dados: ICNF

Relativamente ao número de visitantes estrangeiros, verifica-se um crescimento bastante significativo no período 1996-2011, com um aumento de aproximadamente 50% (Gráfico 5). Este crescimento não foi linear, registando pequenas oscilações ao longo do período de tempo. Foi a partir de 2007 que o crescimento foi bastante notório, período em que o PNPG aderiu à rede Pan Parks, rede de excelência onde se inserem os melhores Parques da Europa. Com esta adesão o PNPG passou a estar integrado no roteiro dos grandes operadores turísticos especializados em turismo de natureza, o que levou a um incremento substancial do afluxo de visitantes.

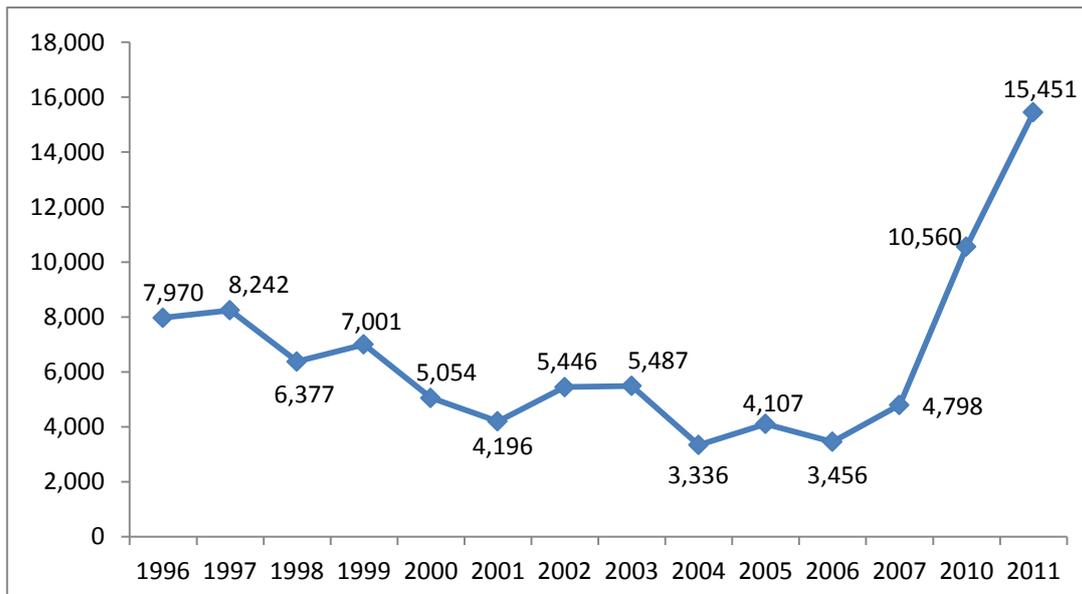


Gráfico 5: Evolução do número de visitantes estrangeiros no PNPG (1996-2011)

Fonte: Elaboração própria. Dados: ICNF

3.4.2 Caracterização da oferta turística

O PNPG apresenta um amplo conjunto de potencialidades e recursos, que podem ir ao encontro de uma procura turística diversificada e qualificada. De ressaltar que o PNPG goza, à partida, de uma posição privilegiada face a outras áreas protegidas por se constituir como o único Parque Nacional do país e por ter sido classificado, em 1997, como o primeiro Parque Transfronteiriço da Europa (juntamente com o Parque Natural Baixa-Limia – Serra do Xurés).

Na caracterização da oferta turística, apenas foi considerado o indicador alojamento na análise da mesma. O alojamento turístico surge como componente indissociável da atividade turística, constituindo, por vezes, a razão principal dos visitantes. A oferta de alojamentos turísticos, quer na modalidade turismo em espaço rural, quer na modalidade de casas de natureza, goza já de alguma tradição no PNPG e conta com uma nova vaga de oportunidades que vão de encontro às necessidades de uma procura cada vez maior e exigente, às quais se junta a necessidade de conservação do património histórico edificado.

Relativamente aos objetivos definidos pelo Plano Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), relativamente ao alojamento no PNPG, destacam-se:

- Dotar a AP de uma rede equilibrada de oferta de alojamentos nas modalidades de “Casas de Natureza” e Turismo em Espaço Rural”;
- Promover a instalação e o funcionamento dos diferentes serviços de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos de turismo em espaço rural;
- Promover a instalação e o funcionamento de “casas de natureza” como infra-estruturas de alojamento que, não sendo únicas nas AP, delas são exclusivas;
- Contribuir para a preservação, recuperação e valorização dos elementos do património construído existentes, designadamente através do aproveitamento de casas ou outras construções tradicionais, passíveis de integração nas mobilidades de alojamento consignadas no PNTN, sempre numa ótica de integração com o meio envolvente;
- Contribuir para a qualificação e diversificação da oferta turística;
- Contribuir, de uma maneira geral, para o desenvolvimento sustentável da região.

Segundo o POPNPG (2008), a região do PNPG goza de uma razoável capacidade de alojamento, tendo crescido tanto em número de estabelecimentos como em número de camas. Refere ainda que a leitura dos indicadores concelhios revela, no entanto, uma grande concentração da oferta de meios de alojamento no concelho de Terras de Bouro, sendo este um dos primeiros sinais de desequilíbrio na oferta turística da região.

Na caracterização da oferta turística atual no PNPG, no que respeita aos meios de alojamentos, foram apreciadas as seguintes tipologias:

- Empreendimentos Turísticos (inclui os estabelecimentos hoteleiros e meios complementares de alojamento);
- Empreendimentos turísticos de Turismo em Espaço Rural (TER);
- Casas de Natureza (casas de abrigo, casas de retiro e centros de acolhimento);
- Parques de Campismo.

Segundo o Decreto-Lei 169/97 de 4 de Julho, na categoria de casas e empreendimentos turísticos de Turismo em Espaço Rural (TER), inclui-se um conjunto de estruturas que, em geral, são exploradas em casas particulares ou estabelecimentos de natureza familiar, podendo ser classificadas como turismo rural, agro-turismo, turismo de aldeia, casas de campo, hotéis rurais e parques de campismo rural.

Na categoria de “casas de natureza”, são classificadas as casas integradas em áreas protegidas, destinadas a proporcionar mediante remunerações, serviços de hospedagem e que, pela sua implantação e características arquitetónicas contribuem decisivamente para a criação de um produto integrado de valorização turística e ambiental das regiões onde se inserem.

A análise da evolução da oferta turística no PNPG no período 2000-2006, foi feita através de dados do POPNPG (2008). Através da análise do gráfico 6 verifica-se que, à exceção das Casas de Natureza que mantiveram o mesmo número de unidades, todas as outras tipologias registaram variações quantitativas substanciais, destacando-se o Turismo em Espaço Rural (TER).

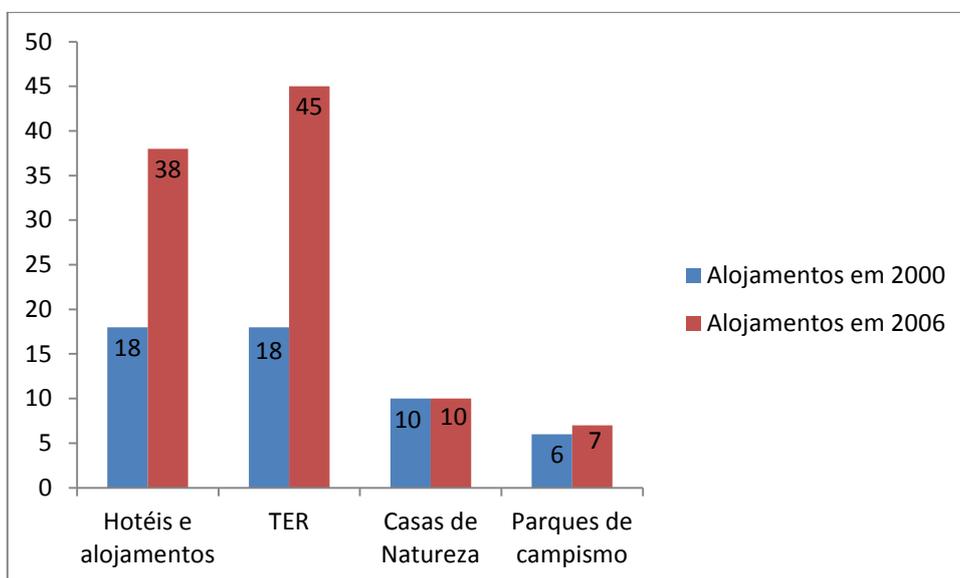


Gráfico 6: Análise da evolução da oferta turística no PNPG (2000-2006)

Fonte: Elaboração própria. Dados: POPNPG (2008).

A caracterização da oferta atual no PNPG, no que diz respeito aos meios de alojamento, está representada no gráfico 7. Observa-se que os empreendimentos de Turismo em Espaço Rural estão presentes em maior quantidade, representando cerca de 53% no total da oferta. Relativamente aos hotéis e meios complementares de alojamento, cerca de 95% encontram-se no concelho de Terras de Bouro (ANEXO-A), o que mostra que continua a haver um desequilíbrio na oferta turística da região.

Relativamente à evolução de 2006 para 2014, no conjunto dos meios de alojamento, registou-se um aumento de 18 unidades, passando de 100 unidades para um total de 180. O número de unidades TER aumentou de 45 para 58, sendo a tipologia que registou o maior aumento. Os estabelecimentos hoteleiros e os meios complementares de alojamento registam o mesmo número de unidades. As casas de natureza apenas registaram um aumento de quatro unidades e os parques de campismo um aumento de uma unidade.

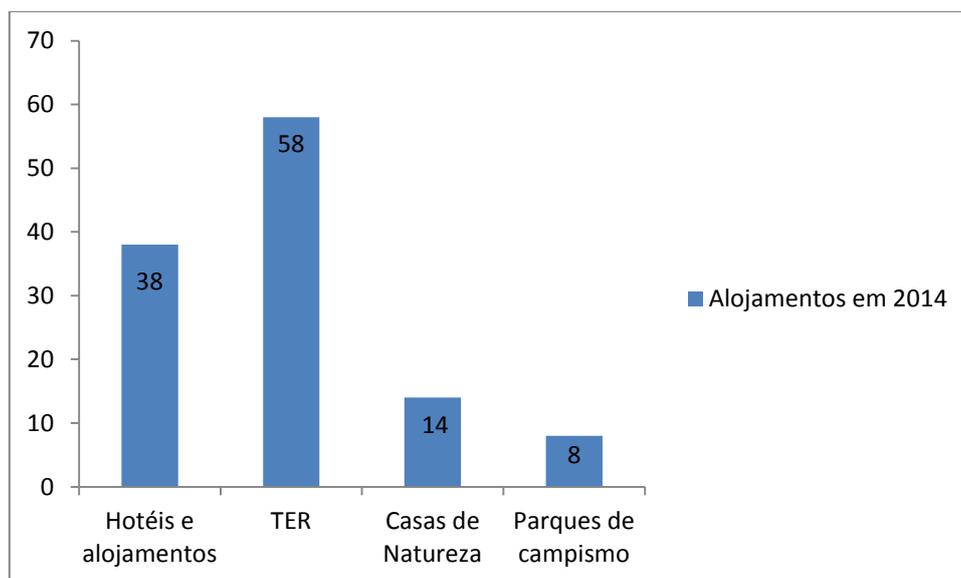


Gráfico 7: Oferta turística atual no PNPG (2014).

Fonte: Elaboração própria. Dados: Booking

Atualmente, os concelhos com maior número de unidades de alojamento são Terras de Bouro (45 no total) e Arcos de Valdevez (27 no total). Enquanto em Terras de Bouro a tipologia mais importante em termos de unidades de alojamento são os estabelecimentos

hoteleiros e alojamentos complementares (27 unidades), em Arcos de Valdevez é o TER (21 unidades) que mais contribui para o total das unidades de alojamento (ANEXO-A).

3.4.3 Impactos da pressão turística no PNPG

A área do PNPG encontra-se sujeita a vários tipos de pressão do ponto de vista das visitas e do turismo, relacionados sobretudo com o aumento do número de visitantes e consequente incremento ao nível da construção e/ou ampliação de infra-estruturas e equipamentos relacionados com o turismo.

O fator da sazonalidade turística tem provocado um agravamento da pressão em determinadas épocas do ano (Verão e períodos de férias curtas). No entanto, se do ponto de vista sócio-económico a sazonalidade é tida como uma grande desvantagem, já no respeito à relação turismo *versus* conservação da natureza e biodiversidade a concentração dos visitantes num período específico do ano pode ser vista como uma vantagem ao permitir um intervalo de tempo benéfico à regeneração natural (POPNG, 2008).

Das principais pressões associadas ao fenómeno de visitação e turismo, podem-se destacar as seguintes:

- Construções de grandes infra-estruturas e equipamento turísticos (unidades de alojamento, centros de animação turística e instalações turístico-desportivas);
- Alterações significativas na paisagem e nas características arquitetónicas dos aglomerados e crescimento desordenado, decorrentes da construção mencionada no ponto anterior;
- Congestionamento rodoviário e estacionamento desordenado em determinadas vias do Parque;
- Prática de atividades turísticas e recreativas não ajustadas às características do meio e dos recursos presentes, bem como às épocas do ano;

- Sobrecarga física (nº de visitantes) em determinadas áreas do Parque não estruturadas do ponto de vista da visitação, agravada pela coexistência de diversas práticas recreativas e desportivas;
- Crescimento muito significativo do número de entidades que promovem, com fins económicos ou não, atividades turísticas e de animação ambiental.

Segundo o POPNPG (2008), foi feita uma seleção de locais identificados como críticos no que toca à pressão turística ou que se preveem como locais de potencial pressão turística. Foram diagnosticados o tipo e fatores de pressão, e apontadas eventuais propostas de atuação/gestão no sentido de mitigar ou prever possíveis efeitos negativos ou, ainda, de potenciar as oportunidades que a atividade turística possa representar para o território. A Mata da Albergaria é um exemplo de um dos locais selecionados, onde se verificou que o principal problema prende-se com o excesso de visitantes no período de Verão, com consequências graves de congestionamento de trânsito e dificuldades de circulação. Atualmente, é proibida a paragem e estacionamento de veículos e foi aplicada uma taxa de circulação automóvel, contudo, esta continua a ser uma zona sujeita a grande pressão turística. Esta situação deve-se, sobretudo, ao facto da zona da Albergaria integrar uma via importante de circulação de ligação a Espanha, quer para residentes quer para visitantes, mas também por constituir uma área de grande atratividade e permanência de visitantes que aí encontram condições para diversas atividades (lagoas do Rio Homem e da Albufeira de Vilarinho das Furnas, entre outras).

A Albufeira da Caniçada é mais um exemplo de pressão turística no PNPG, quer nas margens (implantação de várias unidades de alojamento turístico, incluindo parques de campismo, restaurantes, residências particulares, etc.) quer no plano de água onde coexistem diversas práticas de lazer como sejam desportos náuticos motorizados e não motorizados, promovidos por operadores turísticos ou realizados por particulares. A atividade balnear é bastante importante nesta albufeira, assim como são relativamente frequentes provas desportivas de competição, nomeadamente o esqui aquático, envolvendo um grande número de participantes.

O POPNPG (2008) afirma, que apesar de se tratar de uma albufeira com Plano de Ordenamento, se verificam problemas de ordenamento das atividades no plano de água por falta ou insuficiência de sinalização adequada e de equipamentos de apoio. O número de empresas de aluguer de equipamento náutico tem vindo a aumentar,

agravando o problema de carga e de ordenamento das atividades recreativas. Um dos graves problemas resultantes da pressão turística prende-se com deposição de lixo nas margens, com a poluição da água (óleos das embarcações motorizadas) e do ar (gases dos combustíveis das embarcações) e com o ruído (embarcações motorizadas), fatores que prejudicam a qualidade do ambiente local.

Na Albufeira de Vilarinho das Furnas o problema de pressão turística é, em parte, indissociável da situação descrita para a zona da Mata da Albergaria (margens da albufeira). Atualmente, destacam-se a atividade balnear, a pesca e, em menor grau, o mergulho como as principais atividades realizadas pelos visitantes nas margens e plano da água da albufeira. Verificam-se alguns problemas de deposição de lixo e de pisoteio e abertura de trilhos para acesso ao pleno da água. Existe uma grande expectativa por parte das populações e autarquias locais na alteração do regime definido no Plano de Ordenamento em vigor, no sentido de permitir a navegação de pequenas embarcações sem motor. Se por um lado é possível perspetivar esta opção de forma compatível com os objetivos de gestão e conservação da natureza (definição de zonas de navegação, épocas do ano, capacidade de carga, etc.) há também que considerar a possibilidade das atividades náuticas fomentarem um desenvolvimento turístico excessivo na zona de Vilarinho/Albergaria, provocando desequilíbrios e impactes ambientais excessivos (POPNG, 2008).

3.5 Zonas de proteção

O POPNG integra áreas sujeitas a regimes de proteção específicos, prioritários para a conservação da natureza e da biodiversidade. Estas áreas são sujeitas a diferentes níveis de proteção e de uso, sendo que o nível de proteção de cada área é definido de acordo com a importância dos valores naturais presentes e a sua sensibilidade ecológica.

Segundo o plano aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 11-A/2011, a tipologia de áreas sujeitas a regimes de proteção encontra-se dividida em duas grandes zonas: área de ambiente natural e área de ambiente rural (figura 12). Na área de ambiente natural encontra-se o património natural de grande valor, sendo objeto de proteção e conservação máximos. Esta área integra três zonas de proteção: Zona de

Proteção Total (ZPT), Zona de Proteção Parcial de tipo I e Zona de Proteção do tipo II. A área de ambiente rural corresponde ao território mais humanizado, onde se localizam as populações que configuram o uso e ocupação de território. Esta área integra as seguintes tipologias: zona de proteção complementar de tipo I e zona de proteção complementar de tipo II.

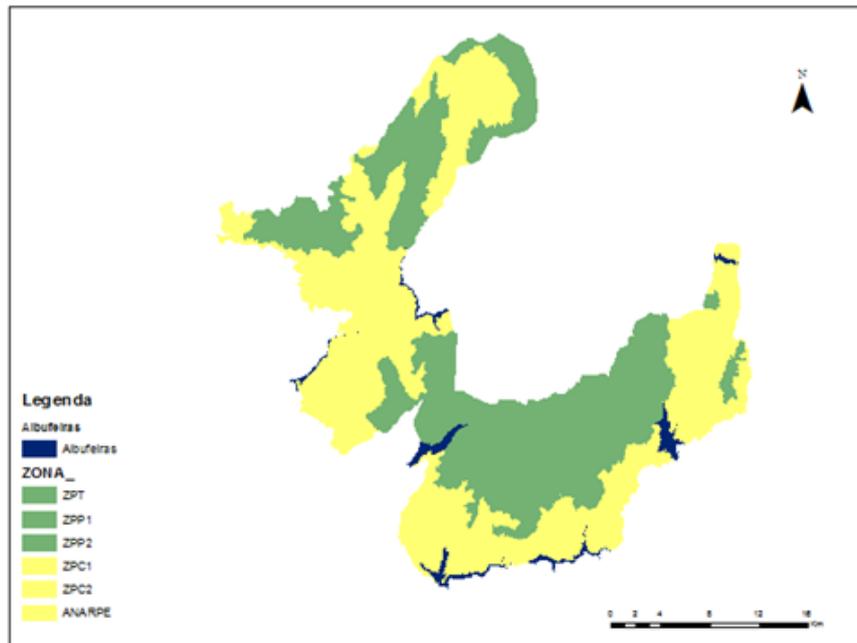


Figura 11: Área de ambiente natural e área de ambiente rural.

Fonte: ICNF

A Zona de Proteção Total tem como objetivo preservar os elementos naturais, dado serem únicos, vulneráveis e raros. Do ponto de vista da conservação da natureza, estas áreas, são excepcionalmente relevantes pelos seus valores naturais, físicos e biológicos, tendo por isso, estatuto de reserva integral. Nestas áreas são prioritários os objetivos de manter os processos naturais num estado dinâmico e evolutivo, sem o desenvolvimento de atividades humanas.

A Zona de Proteção Parcial do Tipo I tem como objetivo a conservação da natureza, garantindo a manutenção do valor ecológico e dos serviços dos ecossistemas, através da proteção e fixação do solo. Estas áreas compreendem espaços que contêm valores

naturais significativos e de grande sensibilidade ecológica, como valores paisagísticos, faunísticos e geomorfológicos.

A Zona de Proteção Parcial do Tipo II constitui uma área de transição entre a área de Ambiente Natural com a área de Ambiente Rural, sendo que é um espaço indispensável à manutenção dos valores naturais e salvaguarda paisagísticos. Estas áreas têm como objetivos prioritários garantir a manutenção dos valores naturais e paisagísticos presentes e preservar áreas importantes para a viabilidade das áreas de proteção parcial de tipo I.

Nas áreas de Proteção Complementar do Tipo I, estão compreendidas áreas de uso mais intensivo do solo, onde se compatibiliza a intervenção humana e o desenvolvimento social e económico local com os valores naturais, patrimoniais e paisagísticos e os objetivos de conservação da natureza. Estas áreas têm como objetivo a promoção das atividades rurais tradicionais, nomeadamente de natureza agrícola, agro-silvo-pastoril, florestal ou de exploração de outros recursos e ainda a aplicação de medidas de gestão que promovam o uso sustentável dos recursos, garantindo o desenvolvimento sócio-económico local.

As áreas de Proteção Complementar do Tipo II, compreendem as áreas de transição entre as zonas de maior valor para a conservação da natureza e as zonas urbanas, constituindo uma forma de concentração da construção em meio rural. Estas áreas compreendem ainda os restantes espaços com médio valor de conservação e de uso mais intensivo do solo, onde se pretende compatibilizar a intervenção humana e o desenvolvimento social e económico local com os valores naturais e paisagísticos.

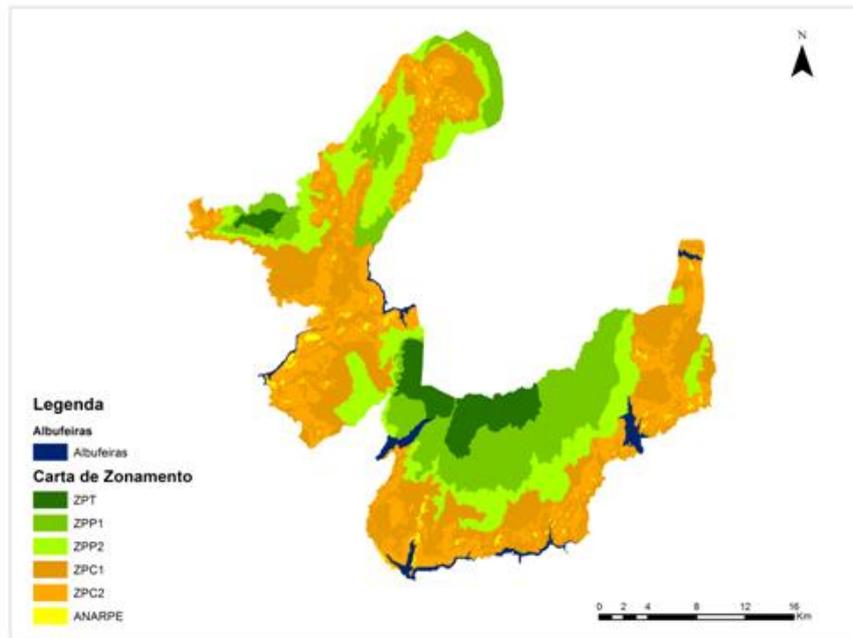


Figura 12:Mapa de Zonamentos do PNPG

Fonte: ICNF

3.6 Edificabilidade e condicionantes no PNPG

Segundo o Decreto Regulamentar nº 9/2009, de 29 de Maio, a edificabilidade define-se como a quantidade de edificação que pode ser realizada numa dada porção de território, ou seja, a quantidade de reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com caráter de permanência, permitida numa determinada área, pelos parâmetros de edificabilidade estabelecidos. Por condicionante à edificabilidade, entende-se quaisquer normas ou regras que regulamentam e estabeleçam limites à quantidade ou qualidade da edificabilidade permitida.

Relativamente à legislação existente no que diz respeito a áreas protegidas, o antigo Decreto Regulamentar nº2/99, de 12 de fevereiro, diz respeito a casas de natureza e embora o decreto considerasse as AP dignas de um regime particular de regulamentação construtiva, o decreto não avança com existências de foro ambiental mais específicas. O Decreto 39/2008 de 7 de Março, determina a generalização dos empreendimentos de turismo de natureza e autoriza o ICNB a fazer as exigências necessárias às respetivas

AP's. Na Portaria nº 262, de 12 de Março de 2009, são exigidas garantias de gestão ambiental do empreendimento. De destacar também a Resolução do Conselho de Ministros 102/96, de 2 de Julho, que prevê o privilégio dos investimentos em áreas protegidas e da recuperação de casas tradicionais para turismo.

Na avaliação e análise da edificabilidade no PNPG, o ordenamento do espaço territorial tem sido uma preocupação eminente como instrumento de gestão e planeamento, onde são aplicadas políticas baseadas em fatores biofísicos, sociais, económicos e políticos. Em cada parcela de terreno do PNPG é aplicado um estatuto jurídico, determinado por ordem técnica e em certas situações de acordo com âmbito político.

O POPNPG acolhe as propostas dos PDM's para a definição dos perímetros urbanos, contudo, em sede do desenvolvimento e aprovação, estes perímetros podem ser alterados.

Segundo o POPNPG, verifica-se que foi definido um uso urbano em zonas que provavelmente não deveriam ser e o contrário também acontece. Isto deve-se à falta de coerência na classificação do uso de solo ao abordar questões referentes à RAN e à REN. O POPNPG refere ainda que as mais-valias e ou as menos-valias que determinada classificação pode determinar a uma parcela de terreno no contexto imobiliário leva a população a reivindicar maior área de solo urbano, mesmo que dele não precisem, colocando aqui a questão de especulação imobiliária que é sentida em todo o PNPG.

Uma análise mais atenta ao solo urbano mostrou o abandono dos núcleos históricos em prol da construção nova, verificando-se uma deslocação da população para áreas mais amplas e próximas de vias de comunicação favoráveis onde se permite a construção de edifícios com maior dimensão (POPNPG, 2008). É nesta perspetiva que a reconstrução de construções nestes espaços começa a ter uma grande presença no território, com uso essencialmente ligado à 2ª habitação. De ressaltar também que a população não deixa de manter em seu poder a casa de ligação à família, como memória, questão que se sente também ao nível da 2ª habitação.

O declínio acentuado da população ativa na agricultura e pecuária, leva ao solo urbano tender a deslocar-se para áreas que já foram utilizadas no âmbito das atividades agropecuárias, incluídas ou não no regime da RAN.

Atualmente, segundo o POPNPG, começa-se a sentir algumas alterações de comportamento com a recuperação de algumas construções no interior dos núcleos históricos dos aglomerados, incentivados pelos programas de financiamento, tanto a nível do desenvolvimento local como os relacionados com o turismo em espaço rural.

Na análise e avaliação da edificabilidade no território do PNPG, o POPNPG considera questões chaves a considerar, de destacar:

- A alteração da estrutura do povoamento e a alteração do homem com o território;
- O declínio acentuado da população ativa nas atividades agro-pecuárias;
- O direito de construir, de edificar e de urbanizar. A instrumentalização dos planos na urbanização programada e a importância desta como condição para a preservação dos espaços rústicos;
- A distribuição das competências em matéria de planeamento do território e atribuição de responsabilidades relativamente ao bom uso e conservação do património imobiliário;
- A importância da informação como fator regulador do mercado imobiliário;
- Avaliação da disciplina das construções fora dos perímetros urbanos, tendo como objetivo circunscrever as urbanizações ao perímetro dos aglomerados;
- Avaliação e disciplina das questões referentes às construções que necessariamente têm de ser localizados em espaço rústico;
- Análise e avaliação da segmentação do mercado imobiliário em função dos usos estabelecidos nos instrumentos de gestão territorial e a prevenção contra a apropriação de terrenos rústicos por procuras estranhas às atividades agrícola e florestal;
- A segunda residência nas suas múltiplas ofertas e procuras, e os seus efeitos sobre o espaço rústico;
- O destino dos edifícios e de outras construções que se encontram abandonados e em estado degradado;
- Os empreendimentos turísticos como elementos de sistema urbano e a sua possível ocorrência como elementos singulares em espaços rústicos;

- O problema da edificação e da habitação dispersa;
- A consistência dos valores arquitetónicos e paisagísticos, a participação das populações, a ordem democrática e o processo da decisão pública relativamente à administração do território.

3.7 Caraterização sócio – económica

Através da análise da população empregada residente no PNPG, verifica-se que o setor terciário inicia a sua atividade na década de 80, sendo fortemente acompanhada pelo setor secundário. Traduzindo assim, a progressiva perda de importância da agricultura como atividade dominante e como principal fonte de rendimento, e a sua transformação em atividade secundária (POPENPG, 2008).

No que diz respeito ao desemprego, verifica-se um acréscimo de 2% para 8,1%, entre os censos de 1991 e 2001, tendência que se tem vindo agravar atualmente. A evolução recessiva do setor primário leva a que este acréscimo tenha sido alimentado por esta nova representação por parte de alguns residentes, que já não se identificarão como mão-de-obra agrícola familiar, mas sim como desempregados.

O setor primário, outrora dominante em toda a área do Parque, é neste momento o setor com menor representatividade no conjunto da população empregada. Embora dominasse nas décadas passadas, a verdade é que este setor já não era capaz de, por si mesmo, gerar rendimentos que permitissem um razoável nível de vida. Tratava-se fundamentalmente de uma agricultura de produção familiar, que subsistia, e ainda subsiste, associada a outras fontes de rendimento, como as receitas institucionais e as receitas do exterior que compunham o rendimento familiar (POPENPG, 2008).

A atividade do setor primário que oferece maior rentabilidade económica é a produção animal, destacando-se nas freguesias de Covelães, Tourém e Ermida. Contudo, cerca de 60 a 70% das receitas do setor agrário provêm dos subsídios (POPENPG, 2008). Outra atividade que também poderá ser uma fonte de rendimento é a silvicultura, no entanto, a área de propriedade privada no Parque é reduzida.

No diz respeito ao setor secundário, começa a ser notória a dependência da população residente no PNPG a este setor de atividade que emprega uma elevada percentagem da população ativa. A maioria desta mão-de-obra é absorvida pela construção civil. Destacando-se o abate de animais apenas nas freguesias de Pitões das Júnias, Outeiro e Sezelhe (POPNNPG, 2008).

Relativamente ao setor terciário, este foi ganhando importância e é, atualmente, o principal empregador. No interior do Parque os serviços públicos são ainda escassos e o comércio é pouco diversificado, e a população empregada distribui-se por diferentes ramos de atividade, verificando-se em algumas freguesias uma maior concentração em atividades relacionadas com o turismo, como a hotelaria, restauração, comércio e retalho de bebidas, produtos alimentares e outros produtos (POPNNPG, 2008).

3.8 Síntese

O PNPG tem vindo a assistir a uma sucessiva diminuição da população, o que evidencia o fenómeno de desertificação humana. Esta perda da população é um reflexo dos movimentos migratórios nos anos 80, como também é um reflexo das baixas taxas de natalidade e efeitos da mortalidade nas últimas décadas. Associado também a esta perda de população, está o aumento do fluxo populacional nas cidades citadinas ao longo dos últimos anos. Relativamente à concentração da população, a freguesia do Rio Caldo, do concelho de Terras de Bouro, destaca-se com uma maior densidade populacional relativamente às restantes freguesias do PNPG.

Relativamente ao turismo, o PNPG é reconhecido pelos recursos e potencialidades turísticas. No que toca à procura turística, esta tem vindo a crescer substancialmente. Este crescimento foi bastante notório a partir de 2007, período em que o PNPG aderiu à rede Pan Parks, rede de excelência onde se inserem os melhores Parques da Europa. O PNPG apresenta um amplo conjunto de recursos que podem ir ao encontro de uma procura turística diversificada e qualificada. Esta região goza de uma razoável capacidade de alojamento, tendo crescido o número de estabelecimentos ao longo dos últimos anos. Destacam-se como meios de alojamentos os estabelecimentos hoteleiros,

os empreendimentos turísticos em espaço rural (TER), as casas de natureza e os parques de campismo.

O PNPG integra áreas sujeitas a regimes de proteção específica, prioritários para a conservação da natureza e da biodiversidade. Estas áreas encontram-se divididas em duas grandes zonas: área de ambiente natural e área de ambiente rural. Na área de ambiente natural encontra-se o património natural e de grande valor e a área de ambiente rural corresponde ao território mais humanizado.

Relativamente à caracterização sócio - económica no PNPG, o setor primário que outrora era dominante nesta região, é neste momento o setor com menor representatividade. O setor terciário foi ganhando mais importância e é atualmente o principal empregador, nomeadamente em atividades relacionadas com o turismo.

CAPÍTULO 4. APLICAÇÃO DO MODELO DE CICLO DE VIDA

4.1 Introdução

Este capítulo, apresenta inicialmente uma reflexão sobre o planeamento turístico em Portugal e no norte de Portugal, tendo por objetivo o entendimento do contexto turístico no qual se insere o Parque Nacional da Peneda Gerês. Numa primeira fase, realizar-se-á uma reflexão sobre o panorama do turismo em Portugal ao nível da evolução dos visitantes, da economia do turismo, e por fim, uma reflexão sobre os principais planos turísticos desenvolvidos no país. Na sequência, apresentar-se-á os principais acontecimentos relativos ao planeamento turístico no PNPG.

A partir do enquadramento teórico do Modelo de Análise do Processo Turístico apresentada no capítulo 2, realizar-se-á a modelação do turismo no PNPG. Segundo Alvares (2008), os modelos são relevantes, a partir do momento que se tornam instrumentos de análise da realidade e permitem o entendimento mais aprofundado sobre determinada temática. Assim, a evolução do desenvolvimento turístico idealizado pelo MAPT será comparado com as dinâmicas turísticas ocorridas ao nível do crescimento do número de unidades de 2ª habitação no PNPG, bem como do planeamento turístico realizado nesta região.

4.2 Turismo em Portugal

Foi essencialmente na década de 60 que Portugal iniciou a atividade turística, sendo atualmente uma das atividades económicas mais importantes em Portugal, representando 10% do emprego. A nível mundial, a expansão do turismo tem origem na Revolução Industrial e está relacionada com o progresso e desenvolvimento dos meios de transporte e na melhoria do nível de vida, principalmente nos países mais desenvolvidos. O gráfico 8 representa a evolução de turistas internacionais que deram entrada em Portugal.

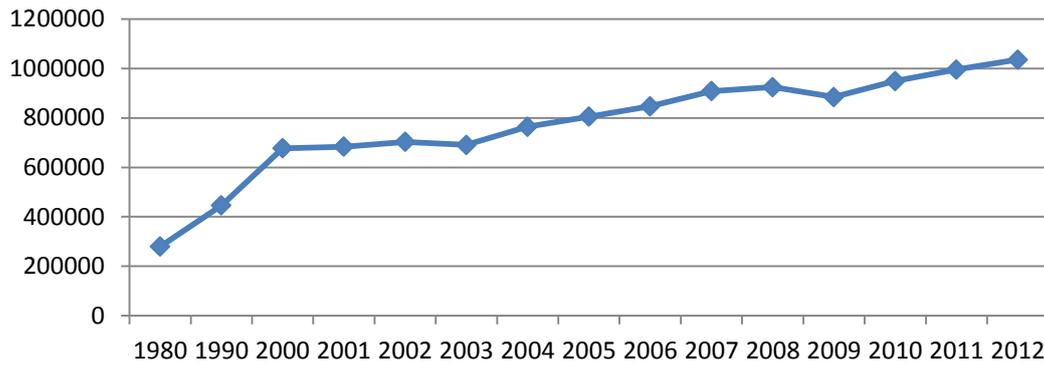


Gráfico 8: Evolução de turistas internacionais em Portugal (1980-2012).

Fonte: Elaboração própria. Dados: INE

Através da análise do gráfico 8 verifica-se que houve uma evolução positiva no período de 1980-2012. Em 1980, Portugal recebeu 279.500 turistas internacionais, número que teve um grande aumento em 2012, com 1.035.000 turistas internacionais. Durante o período em análise, o movimento de turistas internacionais representa um crescimento com um pico em 2002, com 702.800 turistas, e um segundo pico em 2008 com 724.000 turistas internacionais.

O turismo é um setor que tem contribuído para várias atividades económicas em Portugal, tendo um papel de destaque na criação de emprego. O quadro 3 representa as receitas e despesas atribuídas ao turismo desde 1997 até 2012. Pela análise verifica-se um aumento gradual das receitas e um valor constante de despesas ao longo do período em análise. A diferença entre as receitas e as despesas é sempre positiva, sendo por isso o saldo de despesas do turismo em Portugal positivo em todo o período de análise. De ressaltar que no período de 1997 a 2012 as receitas duplicaram, o que mostra que o turismo em Portugal está a viver um bom momento.

Quadro 3: Receitas e despesas atribuídas ao turismo em Portugal (1997-2012).

Ano	Receitas (Milhões de Euros)	Despesas (Milhões de Euros)
1997	4 062 570	1 817 750
1998	4 766 740	2 084 520
1999	4 813 820	2 125 720
2000	5 730 820	2 425 260
2001	6 190 531	2 350 222
2002	6 190 531	2 407 108
2003	6 123 210	2 390 624
2004	6 307 424	2 224 539
2005	6 198 599	2 454 256
2006	6 671 935	2 657 682
2007	7 392 578	2 858 079
2008	7 440 105	2 938 780
2009	6 907 843	2 712 262
2010	7 601 272	2 952 820
2011	8 145 557	2 972 567
2012	8 605 539	2 945 969

Fonte: Elaboração própria. Dados: INE

O turismo apresenta, há muitos anos, uma importância verdadeiramente estratégica para a economia portuguesa em virtude da sua capacidade em criar riqueza e emprego e continua a manter essa posição estratégica (PENT, 2007).

A competitividade com outros países com o mesmo tipo de produto turístico, tradicionalmente designado “Sol e Mar”, levou à necessidade de diversificação da oferta em Portugal. De ressaltar, o turismo de natureza, como uma alternativa de oferta, nomeadamente o turismo no PNPG.

4.3 Turismo no norte de Portugal

O norte de Portugal é um espaço heterogéneo e de elevada diversidade que assenta em quatro destinos com atributos próprios, mas complementares entre si: Porto; Minho; Trás-os-Montes e Douro.

A região do Norte dispõe de um conjunto de recursos turísticos diversificados e diferenciados, de destacar: o Porto (rico património histórico); Parques Naturais, rios e albufeiras; cultura popular, tradições e artesanato; termas; ruralidade e paisagem; vinhos e património mundial e vilas históricas.

Relativamente à análise da composição da oferta turística no Norte de Portugal por tipologia (gráfico 9), realça-se a predominância das unidades ligadas à hotelaria tradicional e das unidades de turismo em espaço rural. Destaca-se a forte concentração de estabelecimentos de turismo em espaço rural, revelando um aproveitamento das potencialidades regionais ao nível do património rural instalado.

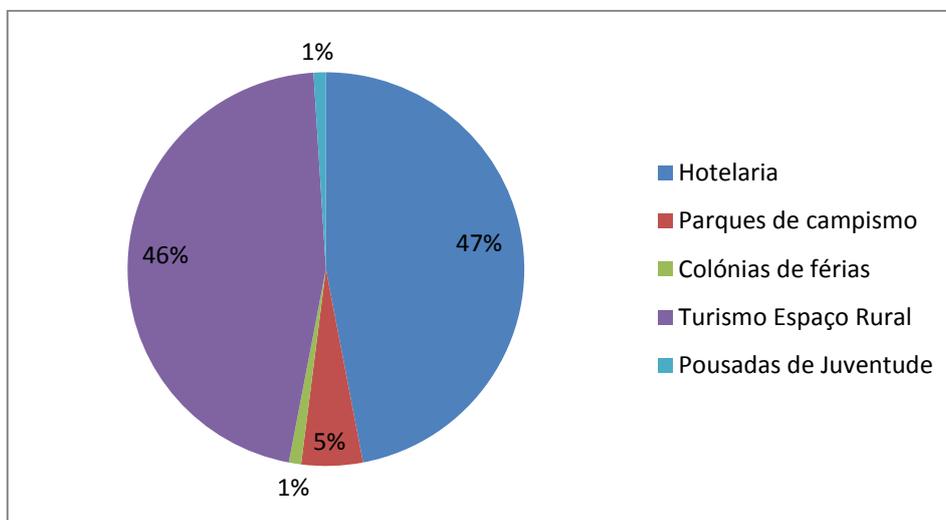


Gráfico 9: Composição da oferta turística no Norte de Portugal por tipologia

Fonte: Elaboração própria. Dados: INE

Uma caracterização da procura turística no norte de Portugal, mais concretamente, das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, por sub-áreas turísticas, mostra que é no

Porto que se concentra mais de 60% das dormidas em estabelecimentos hoteleiros. As regiões do Minho, Douro e Trás-os-Montes, representam 25,1%, 5,9% e 7,6%, respetivamente (figura 14).

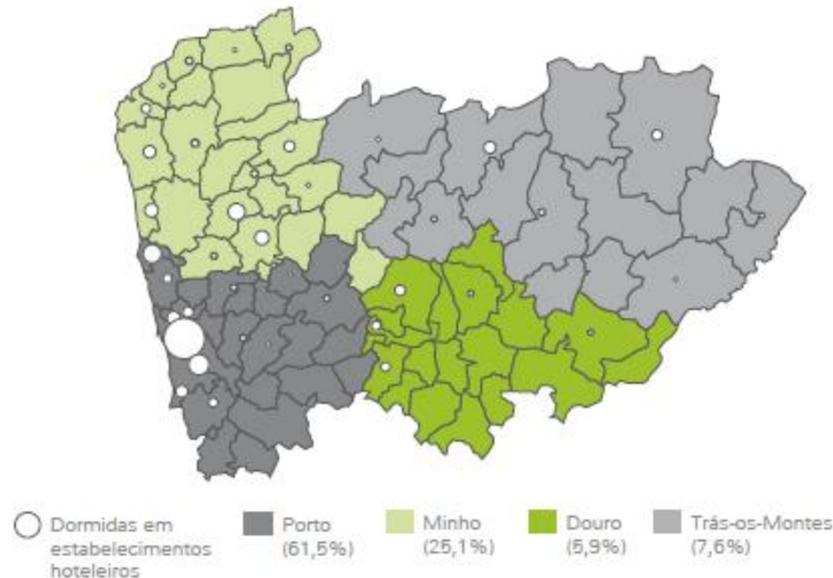


Figura 13: Distribuição espacial das dormidas na Região Norte, por sub-áreas

Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal (2008)

A região do Douro apresenta-se como sendo a região que regista o menor número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros na Região do Norte. Esta região foi objeto de diversos investimentos (públicos e privados), que, de alguma forma, irão potenciar o desenvolvimento turístico da região (PADTNP, 2008).

4.4 Planeamento turístico em Portugal

O Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), publicado em 1998, veio dar ênfase à vontade institucional de promover nas áreas protegidas o desenvolvimento do turismo de natureza, caracterizado como uma atividade turística que concilia os objetivos de conservação e preservação dos valores naturais com os objetivos de promoção do desenvolvimento sustentável das populações residentes.

A atividade turística necessita sempre de um espaço físico para o seu desenvolvimento, pelo que a sua implementação deve ser baseada em critérios de sustentabilidade, razão pela qual foi criado o PNTN. Definido através da Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98 de 1998 o PNTN apresenta os seguintes objetivos:

- Compatibilizar as atividades de turismo de natureza com as características ecológicas e culturais de cada local, respeitando as respetivas capacidades de carga;
- Promover projetos e ações públicas e privadas que contribuam para a adequada visitabilidade das AP, através da criação de infra estruturas, equipamentos e serviços;
- Promover no interior das AP a instalação e o funcionamento de diferentes serviços de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos de turismo em espaço rural;
- Promover o funcionamento e instalação de “casas de natureza”, como infra estruturas de alojamento, não sendo as únicas nas AP, delas serão exclusivas;
- Valorizar a recuperação e ou a reconversão dos elementos do património construído existentes, possíveis de utilização pelo turismo de natureza;
- Instalação em cada AP de centros de receção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos eco-museológicos e de sinalização adequada às funções de receção, informação, interpretação e visitas turísticas;
- Incentivar a criação de micro e pequenas empresas de serviços de alimentação e bebidas e de animação turística, particularmente as iniciativas endógenas que promovem o desenvolvimento local e as relações de proximidade entre as populações e os turistas;
- Incentivar o aparecimento de novas profissões e atividades na área do turismo mais aliciantes à fixação dos jovens;
- Promover as atividades de animação que se destinem à ocupação dos tempos livres dos visitantes e que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural e cultural;

A necessidade de harmonizar o aproveitamento do território português, levou à criação do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) em 2006. O PENT foi uma iniciativa do Governo, da responsabilidade do Ministério da Economia e da Inovação, onde são

definidas ações para o crescimento do Turismo Nacional para um período de 10 anos. O PENT contempla objetivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o setor, que foram materializadas em 5 eixos, através de 11 projetos:

- Produtos, destinos e polos;
- Intervenção em zonas turísticas de interesse;
- Desenvolvimento de conteúdos distintos e inovadores;
- Eventos;
- Acessibilidade aérea;
- Marcas, promoção e distribuição;
- Programa de qualidade;
- Excelência no capital humano;
- Conhecimento e inovação;
- Eficácia do relacionamento Estado – Empresa;
- Modernização empresarial.

Após a criação do PENT, constata-se que este veio marcar uma nova fase de desenvolvimento do turismo em Portugal, criando as bases para uma estratégia de desenvolvimento sustentada para o setor e reunir forças em investimentos e iniciativas estruturais que permitem dar um passo importante em frente em várias vertentes (PENT, 2011).

4.5 Planeamento turístico no norte de Portugal

O turismo tem vindo a ganhar uma crescente importância na economia nacional assim como na região do Norte. Consciente dessa importância, o Estado Português, confere-lhe um estatuto prioritário para o período de programação (2007-2013), que se traduziu na aprovação do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT). Esta prioridade foi

reproduzida à escala regional, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), em articulação com os principais atores regionais deste setor, através da elaboração da Agenda Regional de Turismo (ART) no âmbito do Pacto Regional para a Competitividade da região do Norte de Portugal, dando sequência, à iniciativa “Norte 2015”

A CCDR-N promoveu uma iniciativa “ Norte 2015”, na qual desenvolveu um diagnóstico prospetivo e uma estratégia de desenvolvimento para a região do norte (para o horizonte 2015), através de um processo com ampla participação, debate e envolvimento dos principais atores nacionais, regionais e locais, públicos e privados, da região do norte (CCDR-N, 2007).

Em 2007, a CCDR-N lançou um processo intitulado “Pacto para a Competitividade da Região do Norte”, o qual visa o desenvolvimento de planos de ação em áreas chave para a competitividade da região do norte, concertados estrategicamente entre território e setores. Nesse pacto de desenvolvimento territorial, a CCDR-N identifica um conjunto de agendas prioritárias a desenvolver para os próximos 7 anos, entre as quais a Agenda do Turismo.

Em 2008 foi publicado o Plano de Ação para o Turismo do Norte de Portugal. Nesta estratégia regional do turismo, assume-se o norte de Portugal como a região turística que compreende o Porto, Minho, Trás-os-Montes e o Douro como destinos complementares.

Segundo o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte, o Norte de Portugal deverá ser uma das regiões de maior crescimento turístico do país, através de um processo de desenvolvimento sustentável baseado na Qualificação, na Excelência e na Competitividade e Inovação da oferta turística, transformando o turismo num fator de desenvolvimento e diversificação da economia regional.

Ainda segundo o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte, o Norte de Portugal, trata-se de um espaço multifacetado, dotado de recursos de exceção singularidade e autenticidade, onde se destacam as seguintes qualificações:

- Um destino de excelência e autenticidade histórico-cultural, com vários sítios classificados como património mundial da UNESCO;

- Um destino enoturístico de relevância internacional, onde a cultura do vinho e da vinha se enquadram numa envolvente turística de qualidade;
- Um destino de turismo rural e de natureza, assente numa rede de áreas protegidas e espaços rurais de elevado valor paisagístico;
- Um destino de turismo de saúde e bem-estar, baseado na abundância de fontes de água mineral natural e numa rede de estâncias termais.

Esta visão pressupõe a atuação em cinco objetivos estratégicos para o turismo da região (PROT, 2009):

1. Qualificar e valorizar os recursos turísticos;
2. Desenvolver a oferta de alojamento e animação;
3. Promover a qualificação dos recursos humanos;
4. Projetar exatamente a oferta turística do Porto e Norte de Portugal;
5. Desenvolver um processo de acompanhamento e informação do turismo regional.

4.6 Planeamento turístico no PNPG

Foi em 1971 que se desenvolveu a primeira política de planeamento turístico no PNPG com a publicação do Decreto nº 197/71, de 8 de Maio. Este visava a realização de um planeamento capaz de valorizar as atividades humanas e os recursos naturais, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas.

Em 1997 foi criado o Parque Transfronteiriço Gerês-Xurès através de um acordo de cooperação entre o Instituto de Conservação da Natureza e a Xunta da Galicia. Este acordo surgiu na sequência da criação do Parque Natural da Baixa Limia – Sierra do Xurés em 1993, que desde logo nos seus objetivos de criação inclui a necessidade de implementar o PNPG com uma área protegida do lado galego da fronteira (POPNG, 2008).

Várias atividades de cooperação transfronteiriça têm sido realizadas desde então, incluindo a edição de publicações conjuntas, a fiscalização de atividades ilegais, a

implementação de trilhos transfronteiriços entre outras. Esta dinâmica de cooperação permitiu e permite a candidatura a fontes de financiamento da União Europeia que de outra forma não poderiam ser exploradas. A existência de um parque transfronteiriço é também uma grande oportunidade para a promoção turística internacional desta região, com especial ênfase nos nossos vizinhos espanhóis. De destacar, a existência de dois aeroportos na vizinhança, Porto e Vigo, onde fica assegurado o rápido acesso internacional a esta região. Foi então planeada a criação de uma central de reservas de alojamento conjunta e a dinamização de atividades transfronteiriças nos centros de informação aos visitantes. A localização da porta do PNPG para Concelho de Ponte da Barca, no Lindoso, visa precisamente o estreitar da colaboração transfronteiriça ao nível de informação aos visitantes e dinamização do turismo (POPENPG, 2008).

Apesar dos estatutos diferenciados das áreas protegidas dos dois lados da fronteira, e de algumas diferenças no quadro legislativo e cultural enquadrador, foi necessário encetar esforços no sentido de harmonizar os níveis de proteção de ambos os lados da fronteira e os respetivos usos autorizados. Os trabalhos entre o ICNB e a Xunta da Galicia têm evoluído no sentido da harmonização resultar de aproximações de parte a parte, destacando-se do lado Português as propostas da abertura da Zona de Proteção Total ao pedestrianismo e a abertura da Albufeira de Vilarinho das Furnas à navegação não motorizada. Em 2008, o Parque Natural da Baixa Limia Serra do Xures foi ampliado passando a compreender praticamente toda a fronteira internacional do PNPG.

Em 2001, o PNPG teve a necessidade de definir uma estratégia para o desenvolvimento sustentável no território, o que levou à decisão de uma candidatura à Carta Europeia do Turismo Sustentável (CETS). A CETS teve origem num estudo sobre o turismo nas áreas protegidas realizado pela Federação EUROPARC. Esta defende uma forma menos intensiva de turismo que compatibiliza e integra os aspetos naturais, culturais e sociais com o desenvolvimento económico nestes espaços. A CETS tem como principal objetivo o desenvolvimento sustentável da região, de modo a permitir responder às necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações futuras. Em suma, a carta é a constituição de uma parceria entre a área protegida com todos aqueles que têm um papel preponderante no desenvolvimento do turismo na região, com o objetivo de nele integrar os princípios do desenvolvimento sustentável. Esta estratégia resume-se em quatro grandes objetivos: conservação e valorização do património; desenvolvimento

social e económico; preservação e melhoramento da qualidade de vida dos habitantes locais e gestão dos fluxos de visitantes e aumento da qualidade da oferta turística.

O PNPG é signatário da CETS desde Outubro de 2002 e para tal foi necessário desenvolver uma estratégia para o desenvolvimento turístico e um plano de ação para 5 anos. No final dos 5 anos, o PNPG preparou a revalidação da sua candidatura à CETS. No processo de adesão do PNPG à CETS foi elaborado um diagnóstico numa primeira fase, onde se efetuou uma pré-avaliação das necessidades do território, consulta e discussão com os agentes económicos do território e intervenientes institucionais e identificação das potencialidades e debilidades do território do PNPG. Numa segunda fase, foram definidos objetivos e elaborada uma estratégia, baseada no diagnóstico e necessidades do PNPG. Por fim, a terceira fase passou pela elaboração do plano de ações para 5 anos, definidas de acordo com os objetivos estabelecidos na estratégia do território, identificando as prioridades de atuação. No plano de ação foram definidos 7 objetivos estratégicos:

- Promover um turismo específico e de elevada qualidade;
- Enquadrar e ordenar o fluxo de visitantes;
- Desenvolver uma estratégia de informação, educação e sensibilização ao público em geral;
- Desenvolver uma estratégia de promoção da região;
- Promover e valorizar o território;
- Formação;
- Apoiar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos residentes.

A implementação do projeto “Parques com Vida” em 2006, foi uma das ações concretizadas, com a criação de planos de qualidade setoriais (alojamento, animação turística, restauração e produtos locais) e a criação de sistemas de creditação da qualidade para as empresas turísticas. O objetivo da criação de um plano para enquadrar e ordenar o fluxo de visitantes foi concretizado com a implementação do projeto Portas do Parque, elaboração da Carta Desporto de Natureza, controle de trânsito em zonas sensíveis e a criação de estacionamento e zonas de merenda. O objetivo de desenvolver

uma estratégia de informação, educação e sensibilização ao público em geral, foi concretizado com a criação do Centro de Educação Ambiental do Videiro e com a elaboração e edição de material informativo. A promoção da região foi realizada com a criação de um grupo de animação no PNPG e a elaboração de programas de animação. Para a valorização do território contribuiu a publicação da Carta de Desporto da Natureza (figura 14) e o desenvolvimento de projetos de conservação e conhecimento dos valores naturais. O apoio à economia local e o aumento da qualidade de vida dos residentes foi concretizado com a realização de sessões de esclarecimento sobre programas de financiamento e tipologia de projetos, dirigida aos agentes económicos e população em geral.



Figura 14: Carta de desporto da natureza do PNPG.

Fonte: Carta Europeia de Turismo Sustentável (2006)

Para a gestão e dinamização da visitaç o no PNPG, de ressaltar, o conceito de Portas e sua implementa o. Este conceito foi implementado em 2004 com a constru o e entrada em funcionamento da primeira Porta no PNPG, em Lamas de Mouro. O objetivo destas Portas   proporcionar a rece o, a informa o, a reten o e a condu o orientada dos visitantes. S o centros privilegiados na informa o e enquadramento dos

visitantes, na oferta de atividades e programas de visita específicos e também na educação e sensibilização ambiental. Os visitantes podem assim obter informação adequada antes de iniciarem a visita ao Parque. Para os visitantes que não pretendem “explorar” o Parque, mas apenas disfrutar de um ambiente natural e permanecer num espaço de lazer, as Portas proporcionam alguns espaços e estruturas de apoio como áreas de merenda e percursos pedestres, diminuindo assim a pressão dos visitantes no interior do Parque. Atualmente existem cinco Portas no PNPG: Porta de Lamas de Mouro (Melgaço), Porta do Lindoso (Ponte da Barca), Porta de Campo do Gerês (Terras de Bouro), Porta de Paradela (Melgaço) e Porta de Educação Ambiental do Vidoeiro (Terras de Bouro). Estas estão estrategicamente localizadas na periferia do Parque, nas principais entradas, e são estruturas importantes para o ordenamento e gestão do fluxo de visitantes.



Figura 15: Porta Lamas de Mouro

Fonte: Carta Europeia de Turismo Sustentável (2006)

Apesar das excelentes condições já proporcionadas pelas infra-estruturas e equipamentos existentes no PNPG, a experiência mostrou que apenas parte das funções e objetivos propostos para as Portas foram conseguidos. A principal lacuna verificou-se ao nível da oferta de serviços de visita, adequadamente organizados para proporcionar ao visitante a descoberta do Parque, de eventos atrativos que contribuam para a captação turística e aumento do período de estadia, entre outros programas

necessários à crescente animação do espaço “Porta” e dinamização das visitas no território de uma forma geral (POPNPG, 2008). Para tentar atenuar esta lacuna em particular, e a insuficiência geral da gestão das visitas, a ADERE Peneda-Gerês, em articulação com o PNPG e com as Câmaras Municipais dos cinco concelhos, candidatou ao Programa Operacional Regional do Norte um projeto que consubstancia uma proposta de atuação que visa potenciar as Portas como verdadeiras estruturas de dinamização e gestão de visitantes. Este projeto pretende fundamentalmente adequar o modelo de visitas das regiões do PNPG ao modelo preconizado no “Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas” que desenvolve este mesmo conceito e lhe atribui um papel central nas visitas, recomendando a sua aplicação a todas as áreas protegidas (POPNPG, 2008). O Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas é o resultado de um estudo encomendado pelo ICNB e é um claro sinal da crescente atenção que o Instituto tem vindo a dar às questões das visitas e do turismo de natureza.

A adesão do PNPG à rede Pan Parks, em 2008, foi outro marco importante no turismo do PNPG, permitindo que este se insira numa rede de excelência, onde apenas constam os melhores Parques da Europa. A rede Pan Parks foi uma iniciativa levada a cabo pela fundação Pan Parks e visa a criação de uma rede das melhores áreas naturais da Europa. A certificação Pan Parks leva a um incremento substancial do afluxo de visitantes estrangeiros, pois integra o PNPG no roteiro dos grandes operadores turísticos especializados em turismo de natureza. O Pan Parks defende a combinação da conservação da natureza e do desenvolvimento económico, através do turismo sustentável e uma metodologia de promoção das melhores práticas na gestão das áreas protegidas. Para aderir à certificação Pan Parks destacam-se os seguintes requisitos:

- Possuir uma área não inferior a 20 000 ha;
- Integrar uma wilderness zone (Zona sem intervenção humana) com uma área mínima de 10 000 ha;
- Desenvolver medidas de gestão de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Promover uma política de gestão da visitação (plano de gestão de visitantes);
- Programar, implementar e monitorizar uma estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável, de forma participada.

A estratégia para o desenvolvimento do turismo sustentável resultou de um trabalho conjunto de entidades intervenientes no PNPG, nomeadamente as 5 Câmaras Municipais, a ADERE Peneda-Gerês, a Entidade Regional de Turismo do Porto e do Norte de Portugal e a Associação Parques com Vida.

4.7 Evolução da segunda habitação no PNPG

A análise à evolução social nos últimos anos no PNPG, realizada no capítulo anterior, mostra uma desvitalização do espaço rural consequente da fragilidade da dinâmica populacional e depreciação da atividade agrícola. É neste sentido que se torna fundamental uma análise da atratividade deste espaço para construções de 2ª habitação, devido à elevada qualidade de vida associada ao turismo neste espaço.

Ao analisar a evolução da 2ª habitação no PNPG, observa-se que até 2011 existe um total de 4276 residências ocupadas como 2ª habitação e 3713 residências ocupadas como 1ª habitação. É notória a presença elevada de 2ª habitação no PNPG, com uma ocupação de aproximadamente 55% relativamente à residência habitual, que ocupa os restantes 45% (ANEXO-B).

Analisando o crescimento do número de unidades de 2ª habitação no PNPG (gráfico 9), no decorrer dos anos 1919 até 2011, observamos que foi na década de 80 que houve o maior aparecimento da 2ª habitação. Foi precisamente neste período que se verificou uma melhoria na economia nacional. A partir dos anos 90 verifica-se um decréscimo no número de unidades, período a partir do qual começou a existir as primeiras legislações no que diz respeito a áreas protegidas, e especificamente, em relação a casas de natureza e empreendimentos de turismo de natureza. De destacar, que a legislação atual privilegia os investimentos em áreas protegidas através da recuperação de casas tradicionais para o turismo, concluindo-se por isso, que esta deve ser vista como alternativa às várias restrições no que diz respeito a novas construções nesta área protegida.

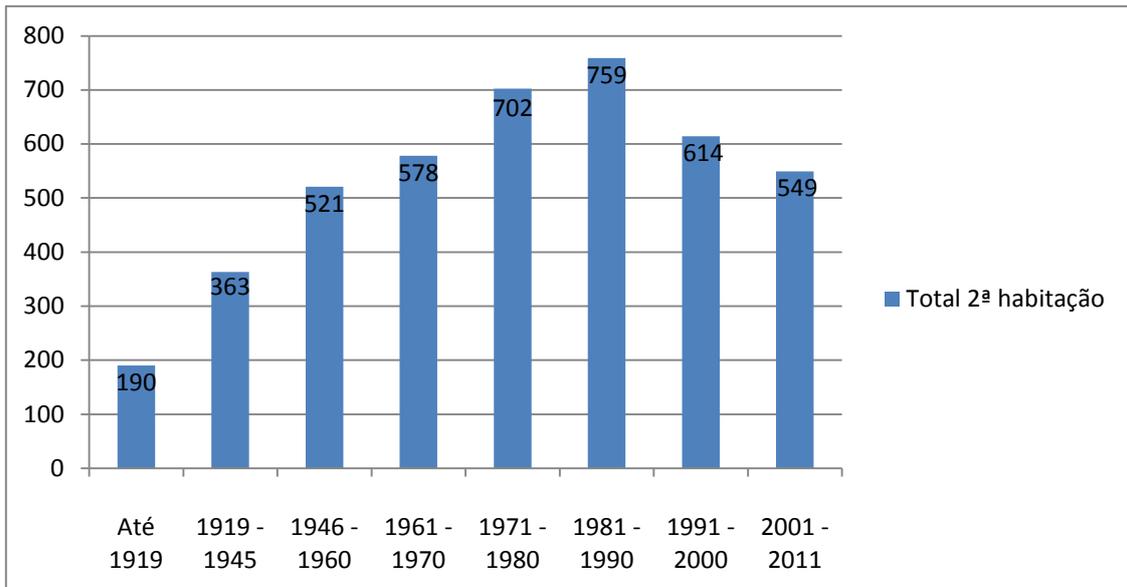


Gráfico 10: Crescimento do número de unidades de 2ª habitação (1919-2011).

Fonte: Elaboração própria. Dados: INE

Analisando ao nível das freguesias (gráfico 11), destaca-se a freguesia de Castro Laboreiro com o número maior de 2ª habitação, 747 habitações, e com um número menor de 2ª habitações destaca-se a freguesia de Germil com apenas 18 habitações.

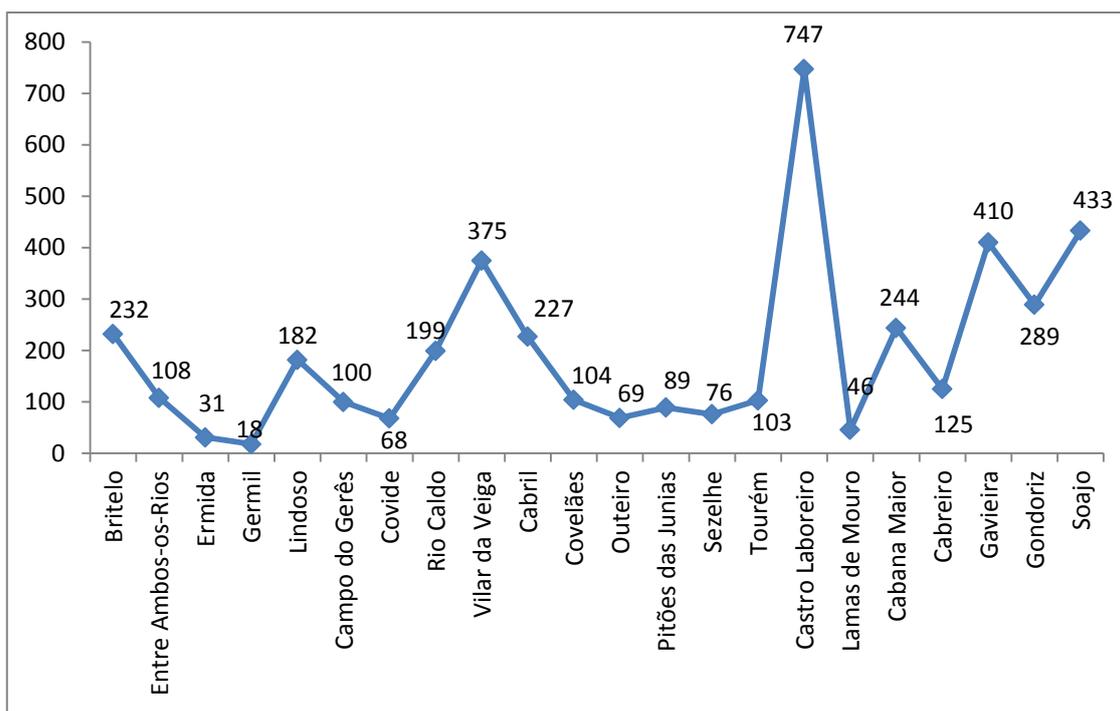


Gráfico 11: Número de unidades de 2ª habitação por freguesia.

Fonte: Elaboração própria. Dados: INE

No entanto, importa fazer esta análise ao nível da concentração da 2ª habitação, considerando o número de habitações por quilómetro quadrado. Através da análise do quadro 4, verifica-se que a freguesia de Cabana Maior localizada no concelho de Arcos de Valdevez, concentra a maior densidade habitacional (18,20 habitações por Km²). Destaca-se também com uma elevada concentração de 2ª habitação, a freguesia de Britelo (17,99 habitações por Km²) localizada no conselho de Ponte da Barca. Com uma baixa concentração de 2ª habitação, destaca-se a freguesia de Outeiro (1,01 habitações por Km²), localizada no concelho Montalegre.

Quadro 4: Concentração da 2ª habitação no PNPG

Freguesia	Área (ha)	Total 2ª Habitação	Densidade Hab. (Habitações/Km ²)
Britelo	1289,89	232	17,99
Entre Ambos-os-Rios	1457,61	108	7,41
Ermida	1115,17	31	2,78
Germil	1292,88	18	1,39
Lindoso	4601,29	182	3,96
Campo do Gerês	6864,41	100	1,46
Covide	1809,07	68	3,76
Rio Caldo	1395,28	199	14,26
Vilar da Veiga	7784,5	375	4,82
Cabril	7659,28	227	2,96
Covelães	2005,94	104	5,18
Outeiro	6842,11	69	1,01
Pitões das Junias	3347,19	89	2,66
Sezelhe	1288,57	76	5,90
Tourém	1704,29	103	6,04
Castro Laboreiro	8837,97	747	8,45
Lamas de Mouro	1764,71	46	2,61
Cabana Maior	1340,44	244	18,20
Cabreiro	4171,54	125	3,00
Gavieira	5775,19	410	7,10
Gondoriz	3397,16	289	8,51
Soajo	5911,27	477	8,07

Fonte: Elaboração própria

4.8 Investimentos no PNPG

Na implementação dos planos de ação definidos na adesão à Carta Europeia do Turismo Sustentável (CETS) em 2001, foram distribuídos investimentos pelas entidades: PNPG, Ações de Desenvolvimento, Câmaras Municipais, Regiões de Turismo e Privados. A maior percentagem de investimentos pertence às Câmaras Municipais seguido dos Privados, as Regiões de Turismo contribuem com a menor percentagem de investimento. No quadro 5 estão representadas as ações definidas na CETS e o respetivo custo de implementação. Ao analisar os investimentos realizados no plano de ações,

destaca-se com o maior investimento realizado, a recuperação/ criação de unidades de alojamento, representando cerca de 40% do investimento total. Isto revela a preocupação na reestruturação da oferta turística, pois os diplomas legais têm vindo a introduzir significativas alterações ao nível dos requisitos legais aplicáveis a estabelecimentos turísticos.

De destacar também, o investimento realizado em estruturas de visita, equipamento e serviços de animação. Este investimento foi realizado com a implementação e sinalização de percursos pedestres e com a criação de empresas de animação turística e ambiental.

Quadro 5: Financiamento do Plano de Ação da CETS no PNPG

Período: 2001-2006	
Ação aplicada	Valor
Implementação de projetos de conservação do património natural	972.673,59 €
Recuperação/criação de unidades de alojamento	13.762.562,22 €
Criação e requalificação de estabelecimentos de restauração	1.774.635,00 €
Estruturas de visita, equipamentos e serviços de animação	10.259.842,47 €
Criação da marca "Parques Com Vida"	61.620,43 €
Estruturas de receção e informação ao visitante	4.936.663,67 €
Materiais e ferramentas de informação	640.149,02 €
Gestão do fluxo de visitantes	2.154.727,73 €
Licenciamento de empresas de animação turística e ambiental	13.500,00 €
	34.576.374,13 €

Fonte: Elaboração própria. Dados: Financiamento de ação da CETS do PNPG (2001-2006)

4.9 Comparação da modelação no PNPG e o MAPT

No Modelo de Análise do Processo Turístico (MAPT), desenvolvido por Alvares (2008), a variável *crescimento do turismo* é avaliada pelo indicador do número de unidades habitacionais multiplicada pela taxa de ocupação. Neste trabalho, será avaliada pelo crescimento de unidades de 2ª habitação.

Ao comparar a modelação idealizada pelo MAPT (figura 16), com a modelação que descreve a variável crescimento de unidades de 2ª habitação no PNPG (gráfico 12), observa-se as seguintes representações gráficas, sendo que na representação gráfica do caso no PNPG, a intensidade do ciclo (I) representa o intervalo 500-600 (nº de casas de 2ª habitação), a intensidade do ciclo (II) representa o intervalo 600-700 e a intensidade do ciclo (III) representa o intervalo 700-800.

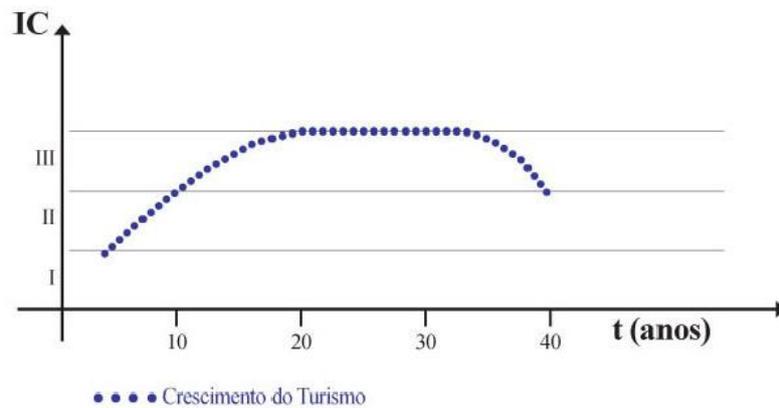


Figura 16: Ciclo do crescimento do turismo e respetivos indicadores

Fonte: Alvares (2008)

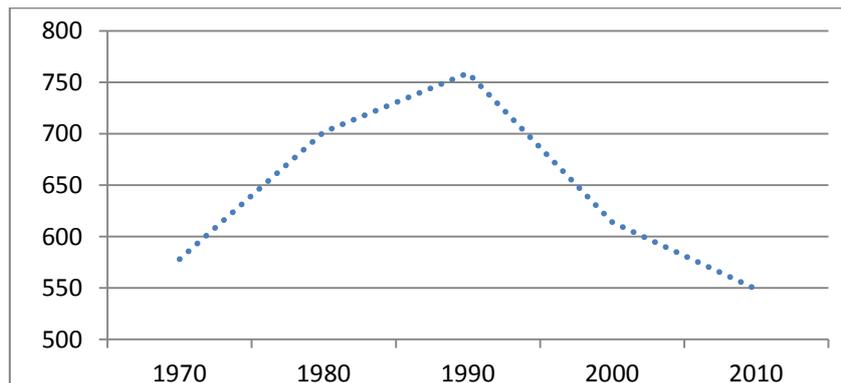


Gráfico 12: Ciclo do crescimento de unidades de 2ª habitação no PNPG

Fonte: Elaboração própria

Através da análise do gráfico 11, observa-se que o crescimento do número de unidades de 2ª habitação atinge o nível III de intensidade do ciclo em 1980 e mantém-se durante dez anos. A partir de 1990 passa para o nível II, entrando no nível I a partir de 2000.

Relativamente à variável *investimento público*, analisada no MAPT, neste trabalho é importante avaliar esta variável tendo em conta os investimentos privados, visto se tratar do estudo do crescimento de unidades de 2ª habitação. Assim, os investimentos privados serão de certa forma contemplados no modelo de crescimento de unidades de 2ª habitação, o que reflete os investimentos realizados através da mensuração do crescimento do número de unidades habitacionais.

Para avaliar a variável *planeamento turístico* no PNPG, considerou-se a quantificação dos planos, projetos e estratégias, com diferentes pesos percentuais associado a cada elemento. Os critérios de cada indicador e a respetiva medida que compõem a análise do planeamento turístico estão representados no quadro 6.

Quadro 6: Parâmetros da curva planeamento turístico no PNPG

Indicadores	Critério	Medida
Planos	Existência ou não de planos	1 - Existe; 0 - Não Existe
Projetos	Existência ou não de projetos	1 - Existe; 0 - Não Existe
Estratégias	Existência ou não de estratégias	1 - Existe; 0 - Não Existe

Fonte: Elaboração própria

Os planos, projetos e estratégias que foram implementados no PNPG num período de 40 anos, 1971-2011, estão descritos no ANEXO-C. O quadro 7 apresenta a análise detalhada a considerar para a elaboração da curva do planeamento turístico.

Quadro 7: Indicadores e valor percentual de importância do planeamento no PNPG

Planeamento turístico		Anos								
Indicador	Peso	1971	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2011
Planos	40%	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Projetos	30%	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Estratégias	30%	0	0	0	0	0	0	0	1	1
		0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,7	1	1

Fonte: Elaboração própria

A figura 17 e o gráfico 12 representam a comparação da modelação idealizada pelo MAPT (figura 17), com a modelação que descreve o planeamento turístico no PNPG (gráfico 13). No caso do PNPG a intensidade do ciclo (I) corresponde ao intervalo de 0 a 25%, a intensidade do ciclo (II) corresponde ao intervalo de 25 a 50% e por fim, a intensidade de ciclo (III) corresponde ao intervalo de 50 a 100%.

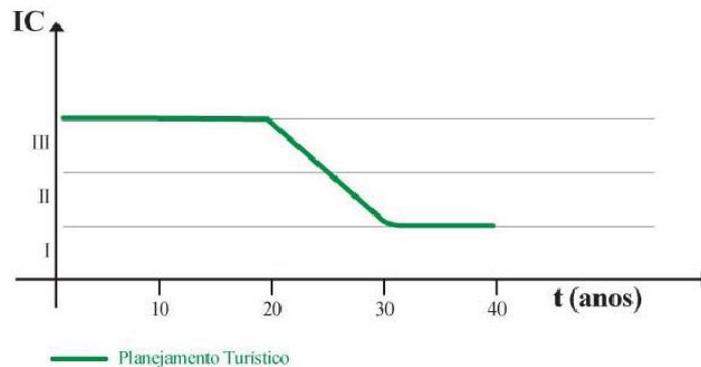


Figura 17: Ciclo de planeamento turístico e respetivos indicadores

Fonte: Alvares (2008)

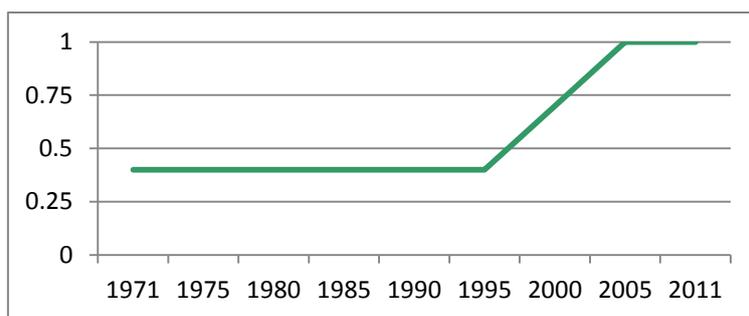


Gráfico 13: Ciclo do planeamento turístico no PNPG

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar a curva do planeamento turístico no PNPG, verifica-se que esta inicia-se com nível de intensidade (II), mantendo-se durante os anos 80 e 90 com este nível de intensidade. A partir do ano 2000 já se encontra no nível de intensidade (III), mantendo-se até 2011, período a partir do qual o PNPG aderiu à Carta Europeia do Turismo Sustentável (CETS), onde foi desenvolvido uma estratégia para um turismo sustentável e implementados vários projetos.

No modelo idealizado (MAPT), é na fase inicial do ciclo de vida, que o planeamento turístico deve ser realizado com maior relevância, mantendo-se com máxima intensidade de ciclo durante os primeiros 20 anos. Analisando no PNPG, verifica-se precisamente o contrário, que este atinge o nível máximo do ciclo apenas nos últimos 10 anos.

De uma forma geral, os elementos em análise no PNPG não observam o comportamento do modelo idealizado, pois o planeamento turístico mantém-se no nível de intensidade médio durante os primeiros anos, quando o modelo estabelece a relevância do planeamento ser iniciado com intensidade máxima.

4.10 Síntese

O presente capítulo, numa primeira fase, teve como foco a contextualização do cenário turístico onde se insere o PNPG. Analisou-se o planeamento turístico em Portugal e foram apresentados alguns dados sobre a evolução no número de visitantes e sobre a

economia do turismo no país. O Programa Nacional de Turismo de Natureza, publicado em 1998, apresentou-se como um marco importante que veio dar ênfase à vontade institucional de promover nas áreas protegidas o desenvolvimento do turismo de natureza.

Na sequência, apresentou-se os principais acontecimentos relativos ao planeamento do turismo no PNPG, e alguns dos projetos implementados. Destaca-se a adesão do PNPG à Carta Europeia do Turismo Sustentável (CETS), que teve como principal objetivo o desenvolvimento sustentável da região, de modo a permitir responder às necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações futuras. Na adesão à CETS, foi desenvolvido um plano de ações, sendo a implementação do projeto “Parques com Vida” uma das ações concretizadas. O conceito “Portas do Parque” foi outro projeto implementado, com o objetivo de proporcionar a receção, a informação e a condução orientada dos visitantes.

A adesão do PNPG à rede Pan Parks em 2008, foi outro marco importante no turismo do PNPG, permitindo que este se insira numa rede de excelência, onde apenas constam os melhores parques da Europa.

Em seguida, foi feita uma análise à evolução da segunda habitação no PNPG, sendo esta uma das variáveis em estudo. Observou-se que foi na década de 80 que houve o maior aparecimento da 2ª habitação. Analisou-se ainda que é notória a presença de 2ª habitação no PNPG, com uma ocupação de aproximadamente 55% relativamente à residência habitual.

Por fim foi apresentada uma comparação da modelação no PNPG com o modelo ideal, o Modelo de Análise de Processos Turísticos (MAPT). Numa primeira fase foi avaliada a variável crescimento turístico estabelecida no MAPT, sendo que no PNPG esta variável corresponde ao crescimento no número de unidades de 2ª habitação. Para avaliar a variável planeamento turístico no PNPG, considerou-se a quantificação dos planos, projetos e estratégias. Concluiu-se que é na fase inicial do ciclo de vida, no modelo idealizado (MAPT), que o planeamento turístico deve ser realizado com maior relevância, verificando-se precisamente o contrário no PNPG, que atinge o nível máximo do ciclo apenas na fase última do estudo realizado.

CAPÍTULO 5. CONCLUSÃO

5.1 Conclusões

O presente trabalho visa o estudo do mercado de 2ª habitação no PNPG através da modelação do ciclo de vida.

Os modelos de ciclo de vida permitem a análise de conhecimentos mais aprofundados a respeito de uma área e sua evolução no tempo. O primeiro modelo surgiu com Butler (1980), que desenvolveu a teoria do ciclo de vida da área turística, conhecida por TALC. Contudo, verificaram-se críticas ao modelo, surgindo algumas remodelações. Lourenço (2003), criou um modelo para áreas de expansão urbana, onde se encontra o conceito de planos-processo, cujo instrumento principal deste conceito é o estabelecimento de planos. Álvares (2008), desenvolveu o Modelo de Análise do Processo Turístico-MAPT, com o objetivo de possibilitar a análise e a monitorização de processos de desenvolvimento turístico e não apenas a identificação do ciclo de vida de um produto como é frequente nos modelos de ciclo de vida.

A análise à evolução social no PNPG, mostrou uma perda crescente da população no período de 1981 até 2011, refletindo o aumento do fluxo populacional nas cidades citadinas ao longo dos últimos anos. Relativamente à concentração da população no PNPG, a freguesia do Rio Caldo, localizada junto à albufeira da Caniçada, destaca-se com o maior número de habitantes por km².

O turismo no PNPG, é atualmente, o principal fator do desenvolvimento socioeconómico nesta região. O número de visitantes no período de 1996 a 2011, teve um aumento de aproximadamente 50%. A oferta turística, no que diz respeito a alojamentos, tem acompanhado a crescente procura, sendo mais notório nas casas e empreendimentos de Turismo em Espaço Rural, com uma evolução de 18 unidades de 2006 para 2014.

Ao analisar o cenário turístico onde se insere o PNPG, a nível nacional, verificou-se uma evolução bastante significativa no número de turistas, no período de 1980 a 2012. Relativamente ao planeamento turístico em Portugal, observou-se uma vontade institucional em promover as áreas protegidas, com a publicação do Programa Nacional

de Turismo de Natureza, em 1998. Pode-se concluir, que a nível nacional, há uma preocupação em promover o turismo, e em harmonizar o aproveitamento do território. Prova disso, foi a criação do Plano Estratégico Nacional de Turismo, em 2006.

Na análise sobre o planeamento turístico no PNPG, observou-se que a adesão à Carta Europeia do Turismo Sustentável, foi um marco importante no que toca à definição de estratégias para o desenvolvimento do território. Foram vários os projetos resultantes desta adesão, entre eles, destacam-se a implementação do conceito “Portas do Parque” e o projeto “Parques com Vida”. Com implementação do projeto “Parques com Vida”, foram criados planos de qualidade setoriais no que toca ao alojamento, animação turística e restauração, e foram criados sistemas de creditação da qualidade para as empresas turísticas.

No que toca à presença da 2ª habitação no PNPG, esta apresenta-se em grande quantidade, com uma ocupação de 55% relativamente à residência habitual. Analisou-se que foi nos anos 80 que houve o maior aparecimento da 2ª habitação, período em que se verificou uma melhoria na economia nacional. Concluiu-se ainda, que o decréscimo da 2ª habitação a partir dos anos 90, poderá ser o reflexo das primeiras legislações no que diz respeito a áreas protegidas, e especificamente, em relação, a casas de natureza.

Sendo o objetivo geral deste trabalho apresentar um estudo de modelação de ciclos de vida, estabelecendo parâmetros de comparação da situação no PNPG e um modelo idealizado, recorreu-se ao Modelo de Análise do Processo Turístico – MAPT, para estabelecer esses parâmetros de comparação. Ao estabelecer a comparação das variáveis crescimento de unidades de 2ª habitação no PNPG e planeamento turístico com o MAPT, concluiu-se que estas não seguem o comportamento idealizado, sendo que o elemento que mais difere é o planeamento turístico. É na fase inicial do ciclo de vida, no modelo idealizado (MAPT), que o planeamento turístico deve ser realizado com maior relevância, verificando-se precisamente o contrário no PNPG, que atinge o nível máximo do ciclo apenas na fase última do estudo aqui realizado. Ressalta-se ainda, que o estudo do ciclo de vida aqui realizado não representa um fim em si, sendo possível futuramente a realização de novo ciclo de investimentos.

5.2 Sugestões para trabalhos futuros

A principal sugestão, prende-se com a utilização das ferramentas de um Sistema de Informação Geográfica, permitindo mais informações à cerca do território e mudanças na ocupação e uso do solo. A utilização desta ferramenta permite também a realização de uma análise espacial detalhada de determinada localização.

A utilização do Sistema de Informação Geográfica, pode ser fulcral para o tratamento da base de dados relativamente às unidades de 2ª habitação, distribuídas pelas freguesias do PNPG, podendo ser desenvolvida uma análise espacial e zonal e avaliar possíveis pedidos de alteração ao uso do solo zonados. Com a utilização desta ferramenta, poderia ainda, realizar-se uma avaliação mais detalhada da concentração da 2ª habitação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álvares, D.F. (2008), *Avaliação de Planos-Processos em Áreas de Desenvolvimento Turístico*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Portugal.
- Álvaro, C. (2011), *A evolução das condicionantes à edificabilidade em Áreas Protegidas*. Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Álvares e Lourenço (2007), *Cultura no Turismo Rural*, 6º Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba, São Paulo, Brasil.
- Berry, E. (2001) *An application of Butler's (1980) tourist area life cycle theory to the Cairns Region Australia 1876-1998*. PhD Thesis, James Cook University of North Queensland, Australia.
- Cabral, M.I. (2009), *A Certificação Ambiental de Edifícios em Portugal: O caso da reabilitação da arquitetura vernácula em áreas protegidas*. Tese de doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal
- Carta Europeia de Turismo Sustentável, 2ª Jornada da Rede Ibérica, 2006
- Cooper, C. (2002) Sustainability and tourism vision (pp. 8-11). VII *Congresso Internacional del CLAD sobre Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa, Portugal.
- Devashish, D. (2011), *Tourism Marketing*. Dorling kinderslay, India, Licenses of Pearson Education in South Asia
- Dias, J. (2006), *Concentração urbana e melhoria da qualidade de vida*. Revista infohabitar
- Europarc – Carta Europeia do Turismo Sustentável, 2007.
- Fernandes, S. (2006), *Análise da Evolução da Ocupação do Uso do Solo: aplicação com base num SIG para o Parque Nacional da Peneda Gerês*, Relatório final de Licenciatura em Eng^a do Ambiente e Recursos Naturais, ESAPL, Ponte de Lima.
- Figueiredo, D. e Mesquita, A. (2006), *Financiamento do Plano de ação da CETS do Parque Nacional da Peneda Gerês*.

- Flores, M. (2006) O ciclo de vida do destino turístico: O estudo de caso do balneário de Búzios (pp. 156-195). In: Carvalho, C.; Barbosa, L. (Orgs) *Discussão de propostas para o turismo no Brasil: Observatório de inovação do turismo*. Rio de Janeiro: Senac Nacional.
- Hall, R (1984). *Tourism planning: basics, concepts, cases*. 3ª ed.. London: Taylor and Francis.
- Hernández, J and León, C (2003) Endogenous lifecycle and optimal growth in tourism. International conference: *Tourism and Sustainable Economic Development Macro and Micro Economic Issues*.
- ICN, *Turismo de natureza: enquadramento estratégico: O Parque Nacional da Peneda Gerês, 2000-2006*.
- Knowles, T. (1996) *Corporate strategy for hospitality*. Harlow: Longman.
- Lourenço, J. (2003) *Expansão Urbana. Gestão de Planos- Processo*. Textos universitários de ciências sociais e humanas, Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Manning, T. (2004) Indicators and risk management for ecotourism destinations (pp. 73-88) In: DIAMANTIS, D. *Ecotourism: Management and Assessment*. London: Thomson Learning.
- Prados, M.J (2009), *Naturbanization. New identities and processes for rural-natural areas*. A Balkema Book.
- Programa de Desenvolvimento Rural- Região Norte, 2007
- Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês, 1ª fase- caracterização, 2008.
- Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês, 2ª fase- diagnóstico, 2008.
- Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês, 3ª fase- propostas, 2010

Russo, A. P. (2002) The vicious circle of tourism development in heritage cities. *Annals of Tourism Research*, 29(1): 165-182.

Teles, Reinaldo (2009), Fundamentos Geográficos do Turismo, Elsevier Editora Ltda.

LEGISLAÇÃO

Decreto-lei nº 187/71, de 8 de Maio

Decreto-lei nº 2/99, de 12 de Fevereiro

Decreto-lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro

Decreto-lei nº 39/2008, de 7 de Março

Decreto-lei nº 9/2009, de 29 de Maio

Diário da República, 1ª série- nº195, de 25 de Agosto de 1998

Diário da República, 1ª série- nº48, de 7 de Março de 2008

Diário da República, 1ª série- nº50, de 12 de Março de 2009

Diário da República, 1ª série- nº178, de 14 de Setembro de 2009

Diário da República, 1ª série- nº25, de 4 de Fevereiro de 2011

Resolução do Conselho de Ministros nº134/95, de 8 de Setembro

Resolução do Conselho de Ministros nº102/96, de 2 de Julho

Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto

Resolução do Conselho de Ministros nº11-A/2011, de 4 de Fevereiro

ANEXOS**A – Hotéis, Alojamentos, Empreendimentos de Turismo em Espaço Rural, Casas da Natureza e Parques de Campismo.**

Hotéis	Localização
Hotel Miracastro ***	Castro Laboreiro - Melgaço
Hotel da Peneda ***	Lugar da Peneda Gavieira - Arcos de Valdevez
Hotel Vista Bela do Gerês ***	Outeiro - Montalegre
Hotel S. Bento da Porta Aberta ****	Terras de Bouro
Hotel Eco Salvador **	Terras de Bouro
Hotel Beleza da Serra **	Terras de Bouro
Hotel Lagoa Azul do Gerês **	Terras de Bouro
Hotel de Apartamentos Gerês - Ribeiro **	Terras de Bouro
Hotel das Termas ***	Terras de Bouro
Hotel Adelaide **	Terras de Bouro
Hotel Moderna **	Terras de Bouro
Hotel Carvalho Araújo **	Terras de Bouro
Hotel Universal ***	Terras de Bouro
Hotel Águas do Gerês ***	Terras de Bouro
Hotel Centarl Jardim **	Terras de Bouro
Hotel Baltazar **	Terras de Bouro
Aparthotel Gerês ****	Terras de Bouro

Alojamentos	Localização
Equi Campo	Campo do Gerês - Terras de Bouro
Costa da Banga	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Horizonte do Gerês	Vila do Gerês- Terras de Bouro
Pensão Manuel Pires	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Hostel Gerês	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Verde Pinho	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Alojamento Galícia	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Vale de Azereiros Apartamentos	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Apartamentos Turísticos Gerês	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
O Pimpão	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Serrana	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Chalé de Soutelinho	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
São Miguel do Gerês	Vila do Gerês- Terras de Bouro

Empreendimentos de Turismo em Espaço Rural	Localização
Casa do Penedo	Carralcova - Arcos de Valdevez
Casa da Adega	Carralcova - Arcos de Valdevez
Casa da Nascente	Carralcova - Arcos de Valdevez
Casa dos Troncos	Carralcova - Arcos de Valdevez
Casa do Forno	Carralcova - Arcos de Valdevez
Casinha de Oucias	Carralcova - Arcos de Valdevez
Casa do Loureiro	Carralcova - Arcos de Valdevez
Casa do Pinheiro	Carralcova - Arcos de Valdevez
Casa Rural Terra	Carralcova - Arcos de Valdevez
Casa Rural Fogo	Carralcova - Arcos de Valdevez
Casa Rural Água	Carralcova - Arcos de Valdevez
Quinta da Balança	Moure - Terras de Bouro
Casa das Falagueiras	Castro Laboreiro-Melgaço
Casa da Longa	Castro Laboreiro-Melgaço
Moinho do Poço Verde	Castro Laboreiro-Melgaço
Casa Fonte do Laboreiro	Castro Laboreiro-Melgaço
Villas do Laboreiro	Castro Laboreiro-Melgaço
Recantos de Castro - Casa de João Alvo	Castro Laboreiro-Melgaço
Recantos de Castro - Casa do Barreiro	Castro Laboreiro-Melgaço
Guesthouse Oficina do João	Outeiro - Montalegre
Casa do Castanheiro	Outeiro - Montalegre
Casa do Sobrado de Pitões	Pitões das Júnias-Montalegre
Casa do Preto	Pitões das Júnias-Montalegre
Casa D'Campo Ferreira	Pitões das Júnias-Montalegre
Casa do Pomar	Lindoso-Ponte da Barca
RH Casas de Campo Design	Lindoso-Ponte da Barca
Casa do Charco**	Lindoso - Ponte da Barca
Casa dos Cabecinhas	Britelo - Ponte da Barca
Casa do Postigo	Covido - Terras de Bouro
Brown House	Rio Caldo - Terras de Bouro
Quinta do Carneiro	Rio Caldo - Terras de Bouro
Cantinho do Gerês	Rio Caldo - Terras de Bouro
Casa do Beiral	Rio Caldo - Terras de Bouro
Casa Poula	Rio Caldo - Terras de Bouro
Casa de Pichoses	Rio Caldo - Terras de Bouro
Casa da Terra	Rio Caldo - Terras de Bouro
Casa do Lago	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Casa dos Nichos	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Casa Feijão	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Casa da Peneda	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Casa da Veiga	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Quinta de Gestações	Vilar de Veiga - Terras de Bouro
Casinhas do Gerês	Terras de Bouro
Casa Beira Rio	Terras de Bouro

Análise de ciclos de vida: o caso da 2ª habitação no PNPG

Casa do Adro	Arcos de Valdevez
Casa de Avelar	Arcos de Valdevez
Casa dos Calvos	Arcos de Valdevez
Casa da Coutada	Arcos de Valdevez
Casa de Cortinhas	Arcos de Valdevez
Paço da Glória	Arcos de Valdevez
Quinta dos Abrigueiros	Arcos de Valdevez
Quinta do Passal	Arcos de Valdevez
Casa de Requeijo	Arcos de Valdevez
Quinta da Prova	Arcos de Valdevez
Quinta dos Casais	Ponte da Barca
Paço Vedro	Ponte da Barca
Torre de Quintela	Ponte da Barca
Casa Nobre do Correio-Mor	Ponte da Barca

Casas de Natureza	Localização
Bico de Pássaro	Lamas de Mouro (Melgaço)
Barreiro	Castro de Laboreiro (Melgaço)
Baleiral	Gavieira (Arcos de Valdevez)
Adrão	Soajo (Arcos de Valdevez)
Branda de Murço	Soajo (Arcos de Valdevez)
Penha	Britelo (Ponte da Barca)
Penadoeido	Lindoso (Ponte da Barca)
Bela Vista	Caldas do Gerês (Terras de Bouro)
Ventuzelo	Caldas do Gerês (Terras de Bouro)
Pitões da Júnias	Pitões das Júnias (Montalegre)
Chalet	Caldas do Gerês (Terras de Bouro)
Casa de Cidadelhe	Lindoso (Ponte da Barca)
Casa de covelães	Paredes do Rios (Montalegre)
Centro de Acolhimento Dorna	Castro de Laboreiro (Melgaço)

Parques de Campismo	Localização
Lamas de Mouro	Melgaço (Lamas de Mouro)
Cerdeira	Terras de Bouro (S. João do Campo)
Vidoeiro	Terras de Bouro (Vilar da Veiga)
Travanca	Arcos de Valdevez (Cabana Maior)
Trote-Gerês	Montalegre (Cabril)
Entre-Ambos-os-Rios	Ponte da Barca
Gerês Green Park	Montalegre (Cabril)
Ponte Saltos	Terras de Bouro

B – Residência habitual e residência secundária no PNPG

	Britelo	Entre Ambos-os-Rios	Ermida	Germil	Lindoso	Campo do Gerês	Covide	Rio Caldo	Vilar da Veiga	Cabril	Covelães	Outeiro	Pitões das Júnias	Sezelhe	Tourém	Castro Laboreiro	Lamas de Mouro	Cabana Maior	Cabreiro	Gavieira	Gondoriz	Soajo	TOTAL
Até 1919	25	1	6	2	8	1	2	6	10	52	9	28	0	11	4	1	0	1	75	6	37	1	
1919 - 1945	24	5	3	1	17	3	13	13	30	32	15	4	0	6	6	10	0	15	23	9	34	20	
1946 - 1960	21	9	2	0	15	2	8	19	55	14	9	7	1	8	2	41	6	10	19	23	40	64	
1961 - 1970	24	29	2	1	22	1	14	25	62	14	3	2	5	4	3	62	7	8	26	20	54	103	
1971 - 1980	46	62	2	2	44	8	24	49	71	30	8	5	14	7	9	62	5	17	24	23	82	158	
1981 - 1990	42	41	4	7	42	17	27	68	75	30	8	7	13	7	5	44	15	37	11	41	55	99	
1991 - 2000	22	47	4	3	20	13	20	53	73	20	6	6	18	13	7	18	12	19	12	16	53	41	
2001 - 2011	10	14	3	8	9	9	17	60	42	20	4	2	16	5	26	14	2	10	5	3	42	14	
TOTAL	214	208	26	24	177	54	125	293	418	212	62	61	67	61	62	252	47	117	195	141	397	500	3713

	Britelo	Entre Ambos-os-Rios	Ermida	Germil	Lindoso	Campo do Gerês	Covide	Rio Caldo	Vilar da Veiga	Cabril	Covelães	Outeiro	Pitões das Júnias	Sezelhe	Tourém	Castro Laboreiro	Lamas de Mouro	Cabana Maior	Cabreiro	Gavieira	Gondoriz	Soajo	TOTAL
Até 1919	19	0	1	1	1	1	0	2	23	33	6	6	0	1	3	2	1	14	18	39	19	0	190
1919 - 1945	40	0	1	1	16	0	2	4	25	40	25	4	0	3	5	92	3	30	12	30	27	3	363
1946 - 1960	31	1	1	0	10	0	2	11	36	23	9	5	0	4	5	215	5	19	13	53	29	49	521
1961 - 1970	20	6	2	1	18	4	7	25	44	17	5	8	1	8	4	187	8	17	15	29	45	107	578
1971 - 1980	42	42	3	5	36	4	20	34	54	24	7	18	9	10	10	89	7	38	16	53	53	128	702
1981 - 1990	32	22	3	3	51	37	19	53	46	32	17	7	30	16	15	55	7	93	15	81	32	93	759
1991 - 2000	25	24	17	1	30	29	12	34	79	27	18	18	33	29	17	35	5	19	21	72	38	31	614
2001 - 2011	23	13	3	6	21	25	6	36	68	31	17	3	16	5	44	72	10	14	15	53	46	22	549
																							4276

C – Plano, projetos e estratégias implementadas no PNPG

Ano	Planos, projetos e estratégias
1971	Decreto nº 187/71 de 8 de Maio
1997	Resolução Conselho de Ministros nº384-B/99 (Plano setorial da Rede Natura 2000)
1997	Criação Parque Transfronteiriço Gerês-Xurès
1999	Decreto-Lei nº 384-B/99 de 22 de Maio (Criação zona de proteção especial para aves)
2001	Candidatura à CETS (estratégia para o desenvolvimento sustentável no território)
2004	Implementação do projeto "Porta do Parque"
2006	Implementação do projeto "Parques com Vida"
2008	Portaria nº 31/2007 de 8 de Janeiro (Taxa de acesso à Reserva Biogenética)
2008	Adesão do PNPG à rede Pan Parks
2011	Resolução Conselho de Ministros nº11-A /2011 de 4 de Fevereiro (POPNG)